

RELATÓRIO ANUAL TJAM 2016

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

RELATÓRIO ANUAL TJAM 2016

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

TJAM

Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas

Presidente:	Desembargador Flávio Humberto Pascarelli Lopes
Vice-Presidente:	Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins
Corregedor-Geral de Justiça:	Desembargador Aristóteles Lima Thury
Desembargadores:	Desembargador Djalma Martins da Costa
	Desembargador João de Jesus Abdala Simões
	Desembargadora Maria das Garças Pessoa Figueiredo
	Desembargador Ari Jorge Moutinho da Costa
	Desembargadora Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura
	Desembargador Jorge Chalub Pereira
	Desembargador Yedo Simões de Oliveira
	Desembargador Paulo Cesar Caminha e Lima
	Desembargadora Encarnação das Graças Sampaio Salgado
	Desembargador João Mauro Bessa
	Desembargador Cláudio César Ramalheira Roessing
	Desembargador Sabino da Silva Marques
	Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis
	Desembargador Wellington José de Araújo
	Desembargador Jorge Manoel Lopes Lins
	Desembargador Lafayette Carneiro Vieira Júnior
	Desembargadora Nélia Caminha Jorge

2016

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Endereço Eletrônico: www.tjam.jus.br

SUMÁRIO

TÓPICO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	04
A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL	06
A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL	08
MAPA ESTRATÉGICO DO TRIBUNAL	14
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS	15
AS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO AMAZONAS	22
AS AÇÕES DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA	27
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	30
AS AÇÕES DA DIVISÃO DE ENGENHARIA	32
PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	35
CONTRATOS ADMINISTRATIVOS	46
DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	56
CORREIÇÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL	74
SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2016	75
PROJETOS EM DESTAQUE	78



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

APRESENTAÇÃO

Como parte componente da Prestação de Contas Anual ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, apresenta-se o Relatório Anual do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as principais atividades realizadas ao longo do exercício de 2016.

O relatório foi compilado a partir das informações prestadas por órgãos, setores e divisões do Tribunal, dentre eles: a Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica; a Divisão de Gestão de Pessoas; a Escola Superior da Magistratura do Amazonas; a Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas; a Corregedoria Geral de Justiça – CGJ; a Divisão de Tecnologia de Informação e Comunicação; a Divisão de Engenharia; a Comissão Permanente de Licitação; a Divisão de Contratos e Convênios; e a Coordenadoria de Estatística.

Inicialmente, o relatório apresenta a estrutura orgânica do Tribunal, com uma síntese da distribuição funcional das unidades que o compõem e das atribuições de alguns de seus setores.

A seguir, o documento faz uma exposição das atividades desenvolvidas na área de Gestão de Pessoas, bem como relata as ações desenvolvidas pelas escolas do tribunal.

O documento contempla ainda o Mapa Estratégico do Poder Judiciário do Estado do Amazonas, formalizado por meio do Plano Estratégico 2015-2020 e expõe os macrodesafios definidos, bem como os indicadores para a análise das metas estabelecidas. São ainda exibidos os resultados obtidos no ano de 2016 para tais metas.

Outrossim, são relatadas as correções realizadas pela CGJ, bem como as ações executadas pelas Divisões de Tecnologia de Informação e Comunicação e de Engenharia.

Posteriormente, é apresentada uma série de dados a respeito das licitações e contratos realizados pelo Tribunal no exercício de 2016.



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

O documento exhibe também os números judiciais, tais como a quantidade de processos julgados, arquivados, estoques inicial e final do exercício de 2016, além de mencionar as vantagens e os resultados da Semana Nacional de Conciliação.

Por derradeiro, o relatório faz uma narrativa da atuação institucional por meio dos projetos desenvolvidos, expondo os resultados obtidos no exercício.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

A ESTRUTURA ORGÂNICA DO TRIBUNAL

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM tem sede na Capital do Estado, jurisdição em todo o território do estado, e até o final do ano de 2016 era composto de 19 Desembargadores.

De acordo com o art. 18 da Lei Complementar nº 17/1997, o TJAM tem como órgãos julgadores o Tribunal Pleno, as Câmaras Isoladas Cíveis e Criminais, as Câmaras Reunidas, e o Conselho da Magistratura.

Atualmente, funcionam no TJAM três Câmaras Cíveis Isoladas e duas Câmaras Criminais Isoladas, todas ordinalmente numeradas, sendo a 1º e a 2ª Câmaras Cíveis constituídas de 4 Desembargadores e as demais constituídas de 3 Desembargadores.

As Câmaras Reunidas são integradas pelos membros das respectivas Câmaras Isoladas. O Conselho da Magistratura é constituído da Presidente do Tribunal de Justiça, que o preside, do Vice-Presidente, do Corregedor-Geral da Justiça e de dois Desembargadores, sendo um das Câmaras Cíveis e um das Câmaras Criminais.

O TJAM é também composto pela Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de fiscalização, disciplina e orientação administrativa, com jurisdição em todo o território do Estado do Amazonas, sendo exercida por um Desembargador com o título de Corregedor-Geral da Justiça.

Cabe mencionar que a Presidência do Tribunal conta com a atuação de três Juízes Auxiliares, os quais atuam em processos de natureza judicial, notadamente quanto à admissibilidade recursal e em processos de natureza administrativa, notadamente quanto à elaboração de despachos e decisões

Dentro da estrutura orgânica do TJAM, funcionam ainda uma Secretaria Geral Judiciária, uma Secretaria Geral de Administração e uma Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira. A primeira é subordinada diretamente à Presidência do TJAM e tem como atribuições, dentre outras, secretariar pessoalmente as Sessões do Egrégio Tribunal Pleno, com assento ao lado esquerdo do Presidente; fiscalizar os serviços desenvolvidos pela Divisão Judiciária e despachar e ordenar,



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

com autorização da Presidência, serviços e requerimentos de pessoal das Secretarias Judiciárias e Varas Judiciais. Já a Secretaria Geral de Administração, também subordinada diretamente à Presidência, tem subordinadas a si, diretamente, dentre outras unidades, a Divisão de Orçamento e Finanças; a Divisão de Engenharia; a Divisão de Tecnologia da Informação; a Divisão de Pessoal e a Divisão de Gestão de Pessoas. São atribuições da Secretaria Geral de Administração, dentre outras, planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as atividades e projetos inerentes às unidades administrativas a ela subordinadas, bem como administrar e gerir recursos materiais, orçamentários, financeiros e patrimoniais. Com relação à Secretaria de Controle Interno da Gestão Administrativa e Financeira cabe a ela aferir a legalidade, a exatidão e a confiabilidade dos dados contábeis, dos atos administrativos relativos a servidores, contratos, convênios e demais atos de mesma natureza, procedendo regularmente à verificação dos sistemas contábil, financeiro, de pessoal e demais sistemas administrativos do Tribunal, examinando a sua regularidade, avaliando a eficiência dos controles e apresentado subsídios para o aperfeiçoamento de gestão da instituição, através de auditorias, inspeções administrativas, fiscalização e monitoramento, em cumprimento à legislação vigente e às determinações do Conselho Nacional de Justiça.

Funcionam ainda no Tribunal, dentre outros setores: uma Diretoria de Divulgação; uma Divisão de Administração da Assistência Militar; uma Divisão de Cerimonial; uma Secretaria Geral de Precatórios; um Núcleo de Repercussão Geral e Recursos Repetitivos; uma Divisão de Gestão da Qualidade e uma Divisão de Planejamento e Gestão Estratégica. Todos estes órgãos subordinados diretamente à presidência.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

A ESTRATÉGIA DO TRIBUNAL

Em 2015, por meio da Resolução Nº 02/2015, o TJAM instituiu seu Plano Estratégico para o período de 2015-2020. O plano definiu os atributos de valor do tribunal, quais sejam: Credibilidade, Celeridade, Modernidade, Acessibilidade, Transparência, Responsabilidade Social e Ambiental, Imparcialidade, Ética, Probidade. Ficou definido ainda que o TJAM tem como Missão “realizar justiça com acessibilidade e de forma igualitária à sociedade”, e como Visão “ser reconhecido pela sociedade como uma instituição que promove a justiça com imparcialidade, de forma célere e com equidade”.

O Plano Estratégico TJAM 2015-2020 definiu 11 Macrodesafios, estando os mesmos situados sob três diferentes perspectivas: da sociedade, de processos internos e sob a perspectiva de gestão.

O primeiro macrodesafio é a “Garantia dos Direitos da Cidadania”. Situa-se sob a perspectiva da sociedade. Refere-se ao desafio de garantir no plano concreto os direitos da cidadania (CF, art. 1º, inc. II), em sua múltipla manifestação social: cidadão-administrado (usuário dos serviços públicos), cidadão-eleitor, cidadão trabalhador-produtor, cidadão-consumidor e cidadão-contribuinte, buscando-se atenuar as desigualdades sociais e garantir os direitos de minorias, observando-se, para tanto, práticas socioambientais sustentáveis e uso de tecnologia limpa.

Este primeiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de Confiança no Poder Judiciário” – medido através de questionários aplicados à sociedade –, cuja meta é aumentar em 4% ao ano o nível de satisfação com o Poder Judiciário. No ano de 2016, o índice de confiança no Poder Judiciário foi de 59,21%, atingindo, portanto, a meta, levando em conta que a linha de base, aferida e estabelecida em 2015, é de 55,21%.

O segundo, o terceiro, o quarto, o quinto, o sexto e o sétimo macrodesafios situam-se sob a perspectiva dos Processos Internos.

O segundo macrodesafio é “Ampliar a Prática de Soluções Alternativas de Conflitos”. Refere-se ao fomento de meios extrajudiciais para resolução negociada de conflitos, com a participação ativa do cidadão. Visa estimular a comunidade a dirimir



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

suas contendas sem necessidade de processo judicial, mediante conciliação, mediação e arbitragem; à formação de agentes comunitários de justiça; e, ainda, à celebração de parcerias com a Defensoria Pública, Secretarias de Assistência Social, Conselhos Tutelares, Ministério Público, e outras entidades afins.

Este segundo macrodesafio tem como indicadores: [i] o “Índice de Conciliação Pré-processual realizada”, cuja meta é aumentar em 5% (cinco por cento) ao ano o número de conciliações pré-processuais; e [ii] o “Índice de Conciliação Processual Realizada”, cuja meta é aumentar em 3% (três por cento) ao ano o número de conciliações.

A despeito de ter sido estabelecida, para o primeiro indicador, uma meta de 47% para o ano de 2016, o TJAM atingiu 26,97%. No segundo indicador, o tribunal obteve, em 2016, um resultado negativo de -30,79% (menos trinta vírgula setenta e nove por cento), quando a meta estabelecida foi de 63%.

O terceiro macrodesafio é o “Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa”. Tem como descrição o conjunto de atos que visem à proteção da coisa pública, à lisura nos processos eleitorais, à preservação da probidade administrativa e à persecução dos crimes contra a administração pública e eleitorais, entre outros. Para tanto, deve-se priorizar a tramitação dos processos judiciais que tratem do desvio dos recursos públicos e de improbidade e de crimes eleitorais, além de medidas administrativas relacionadas à melhoria do controle e fiscalização do gasto público no âmbito do Poder Judiciário.

O terceiro macrodesafio tem como indicador o “Índice de agilidade no julgamento das ações de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública”, cuja meta é identificar e julgar, pelo menos, 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, distribuídas até o 3º ano anterior ao ano do cumprimento da meta. Em 2016, neste indicador, o TJAM atingiu, no primeiro grau, no que diz respeito ao combate à corrupção, 45,99%. Já no segundo grau, atingiu 61,83%.

O quarto macrodesafio é o “Impulso às Execuções Fiscais e Cíveis”. Tem como descrição a implantação de ações visando à efetividade das ações judiciais, propiciando a recuperação de bens e valores aos cofres públicos (execuções fiscais) e a solução definitiva dos litígios cíveis e trabalhistas. Para tanto, podem ser adotados



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

mecanismos como a utilização tempestiva dos sistemas de bloqueio de ativos do devedor (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD); a realização de leilões judiciais; a celebração de parcerias com as Procuradorias de Fazenda, juntas comerciais, cartórios de registro de imóveis e de protesto de títulos; a inscrição da dívida nos sistemas de proteção ao crédito, a exemplo do Serasa e SPC, entre outras ações. No TJAM, já foi celebrada a parceria com a Prefeitura de Manaus com o objetivo de reduzir o número de processos nas Varas da Fazenda Pública Municipal, que absorvem o maior número de processos.

Este quarto macrodesafio tem como indicador a “Taxa de congestionamento das ações de execução fiscal”, cuja meta é reduzir em 50% (de 92% para 42%), até o ano de 2020, a taxa de congestionamento. No final do ano de 2016, o TJAM estava com referida taxa em 93,24%.

O quinto macrodesafio é a “Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional”. Tem por finalidade materializar, na prática judiciária, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de garantir a prestação jurisdicional efetiva e ágil, com segurança jurídica e procedimental na tramitação dos processos judiciais, bem como elevar a produtividade dos servidores e magistrados.

O quinto macrodesafio tem como indicadores: [i] a “Taxa de congestionamento processual TJAM”, cuja meta é reduzir a taxa de congestionamento em 2% ao ano, até 2020 (de 67,90% para 55,90%); e [ii] o “Índice de atendimento à demanda”, cuja meta é aumentar o índice de processos baixados em relação aos casos novos em 1% (de 133,10% para 139,10%). Em 2016, a Taxa de congestionamento processual TJAM ficou em 74,62% e Índice de atendimento à demanda, em 115,03%.

O sexto macrodesafio é a “Gestão das Demandas Repetitivas e dos Grandes Litigantes”. Refere-se à redução do acúmulo de processos relativos à litigância serial, advindos dos entes públicos, do sistema financeiro, das operadoras de telefonia, entre outros, por meio da gestão da informação e do uso de sistemas eletrônicos. Visa reverter a cultura da excessiva judicialização, com a proposição de inovações legislativas, a criação e aplicação de mecanismo para penalizar a litigância protelatória e o monitoramento sistemático dos assuntos repetitivos e dos grandes litigantes.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

O sexto macrodesafio tem como indicador a “Taxa de congestionamento em litigância serial”, cuja meta é “Reduzir a taxa de congestionamento em litigância serial em 1,5% ao ano”.

O sétimo macrodesafio é o “Aprimoramento da Gestão da Justiça Criminal”. Refere-se à adoção de medidas preventivas à criminalidade e ao aprimoramento do sistema criminal, por meio de maior aplicação de penas e medidas alternativas, investimento na justiça restaurativa, aperfeiçoamento do sistema penitenciário, fortalecimento dos conselhos de comunidade, penitenciários e dos patronatos e combate ao uso de drogas ilícitas. Pretende reduzir o número de processos, as taxas de encarceramento e a reincidência; estabelecer mecanismos para minimizar a sensação de impunidade e insegurança social; e a construção de uma visão de justiça criminal vinculada à justiça social.

Este sétimo macrodesafio possui como indicadores: [i] o “Índice de Varas com sistema de audiência por videoconferência”, cuja meta é implantar o sistema de videoconferências em 80% das varas criminais até 2020; e o [ii] “Índice de audiências criminais realizadas por videoconferência”, cuja meta é realizar, até 2020, 20% das audiências criminais por videoconferência. Apesar de tais indicadores, até o final do ano de 2016, não foi implantado o sistema de videoconferência no TJAM.

O oitavo, o nono, o décimo e o décimo primeiro macrodesafios situam-se sob a perspectiva de Gestão.

O oitavo macrodesafio é o “Aperfeiçoamento da Gestão De Pessoas”. Refere-se a políticas, métodos e práticas adotados na gestão de comportamentos internos, objetivando potencializar o capital humano nos órgãos do Poder Judiciário. Considera programas e ações relacionados à avaliação e ao desenvolvimento de competências gerenciais e técnicas dos servidores e magistrados; à valorização dos colaboradores; à humanização nas relações de trabalho; ao estabelecimento de sistemas de recompensas, à modernização das carreiras e à adequada distribuição da força de trabalho. Considerando a necessidade da modernização da Política de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário Amazonense, o TJAM estabelece como um de seus macrodesafios basilares a implantação da política de Gestão por Competência, através do desenvolvimento permanente das competências necessárias ao melhor desempenho funcional e do aperfeiçoamento e formação continuada de seu corpo de



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

magistrados e servidores, assegurando-lhes a oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal, necessários à realização da Estratégia.

O oitavo macrodesafio possui três indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de capacitação dos magistrados nas competências estratégicas”, cuja meta é capacitar 100% dos magistrados nas competências estratégicas, até 2020; [ii] o “Número de Servidores Capacitados”, cuja meta é capacitar 90% dos servidores do Tribunal de Justiça, nas competências estratégicas, em cursos com carga horária acima de 15 horas; e [iii] o “Índice de mapeamento das competências estratégicas”, cuja meta é mapear 100% das competências dos servidores até 2020.

Até o final de 2016, o índice de capacitação dos magistrados nas competências estratégicas foi de 38,95%; o Número de Servidores Capacitados foi de 17,93%; e o Índice de mapeamento das competências estratégicas foi de 14,96%.

O nono macrodesafio é a “Melhoria da Infraestrutura Física e de Tecnologia de Informática e Comunicação”. Tem como descrição o uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio de incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos. O aumento da demanda no interior do Estado e a necessidade de melhoria dos ambientes de atendimento à clientela direcionam o TJAM à construção de novas unidades no interior do Estado, ampliação de Unidades na capital e reforma e adequação das estruturas vigentes.

O nono macrodesafio possui dois indicadores, quais sejam: [i] o “Índice de aderência às metas do Plano de Obras TJAM”, cuja meta é realizar no mínimo 90% das obras estabelecidas no Plano de Obras; e [ii] o “Índice de aderência às metas do plano de TIC”, cuja meta é realizar no mínimo 90% dos projetos estabelecidos no plano de TIC.

Em 2016, o TJAM conclui três obras de um total de vinte e quatro previstas no seu Plano de Obras, alcançando 12,5% no Índice de aderência às metas do Plano de Obras TJAM. Quanto ao segundo indicador, o Plano de TIC encontra-se em processo de elaboração.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

O décimo macrodesafio é a “Otimização de Custos”. Refere-se à utilização de mecanismos para alinhar as necessidades orçamentárias de custeio, investimentos e pessoal ao aprimoramento da prestação jurisdicional, atendendo aos princípios constitucionais da administração pública. Envolve estabelecer uma cultura de redução do desperdício de recursos públicos, de forma a assegurar o direcionamento dos gastos para atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça.

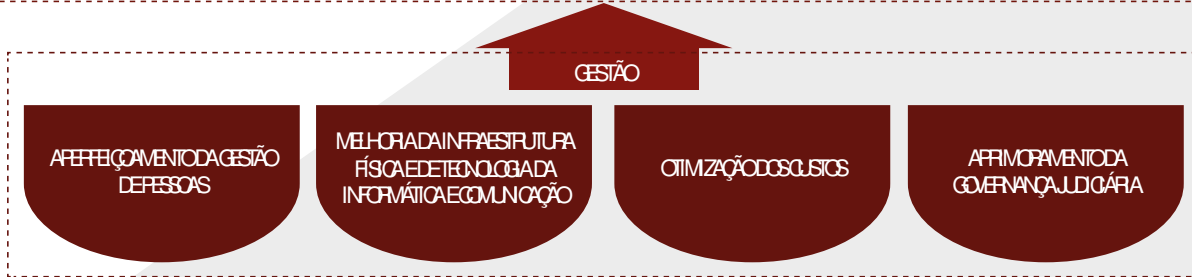
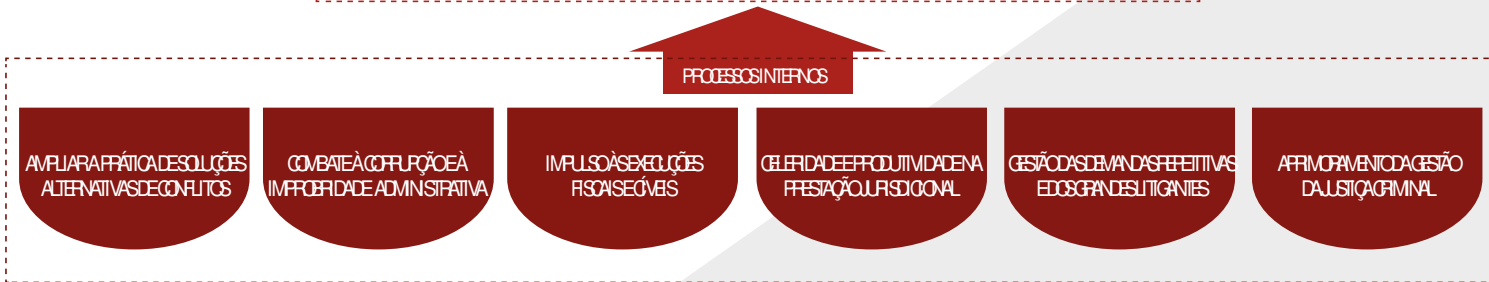
Este décimo macrodesafio tem como indicador o “Índice de eficiência operacional”, cuja meta é reduzir até 2020 a linha de base de R\$1.694,00 (mil seiscentos e noventa e quatro reais) para R\$1.550,00 (mil quinhentos e cinquenta reais). Em 2016, o TJAM reduziu seu Índice de eficiência operacional para R\$1.491,76 (mil quatrocentos e noventa e um reais e setenta e seis centavos).

O décimo primeiro macrodesafio é a “Instituição da Governança Judiciária”. Refere-se à formulação, implantação e monitoramento de estratégias flexíveis e aderentes às especificidades da Justiça do Estado do Amazonas, produzidas de forma colaborativa pelo TJAM e pela sociedade. Visa à eficiência operacional, à transparência institucional, ao fortalecimento da autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário e à adoção das melhores práticas de comunicação da estratégia, de gestão documental, da informação, de processos de trabalho e de projetos.

Este derradeiro macrodesafio possui, igualmente, dois macrodesafios, quais sejam: [i] “Índice de execução do plano estratégico”, cuja meta é cumprir 100% das metas propostas até 2020; e [ii] o “Índice de execução do orçamento estratégico”, cuja meta é cumprir, no mínimo, 90% das metas orçamentárias propostas até 2020.

Até o final de 2016, o Índice de execução do plano estratégico alcançou 74,6%; já o Índice de execução do orçamento estratégico, atingiu 41,48%.

Para o melhor entendimento e visualização dos macrodesafios, foi elaborado o Mapa Estratégico definido no Plano Estratégico 2015-2020 do TJAM.



MAPA ESTRATÉGICO
2015-2020



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO AMAZONAS



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

AÇÕES DA DIVISÃO DE GESTÃO DE PESSOAS

A Divisão de Gestão de Pessoas tem como competência desenvolver e aplicar políticas de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, assim como, a valorização, o desenvolvimento e o desempenho profissional para o alcance das metas institucionais. A descrição detalhada das competências da Divisão de Gestão de Pessoas consta na Resolução n.º 003/2013 de 15.01.2013, disponibilizada no DJE de 18.01.2013. Ao longo de 2016, foram executadas as seguintes ações pela Divisão:

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. Convocação de candidatos nomeados nos concursos públicos vigentes
- 1.1. Foram providos os seguintes cargos ao longo do ano de 2016:

NOMEAÇÕES	
Quantidade	Cargo
01	ANALISTA JUDICIÁRIO I - Engenharia Elétrica (Manaus)
01	ANALISTA JUDICIÁRIO I - Pedagogia (Manaus)
04	ANALISTA JUDICIÁRIO I - Psicologia (Manaus)
01	ANALISTA JUDICIÁRIO I - Psicologia (PCD)
04	ANALISTA JUDICIÁRIO I - Serviço social (Manaus)
01	Analista Judiciário - Qualquer área de formação (Manaus)
01	ASSISTENTE JUDICIÁRIO (INTERIOR) - Assistente Técnico Judiciário (Itacoatiara)
01	AUXILIAR JUDICIÁRIO (Humaitá)

- 1.2. Abaixo os municípios (e suas sub-regiões correspondentes) que possuem concurso vigente ou cujo prazo expirou durante o ano de 2016:



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Capital e Região Metropolitana	Manaus, Manacapuru, Careiro Castanho, Careiro da Várzea, Iranduba, Rio Preto da Eva, Itacoatiara, Presidente Figueiredo - Validade: novembro/2017.
2ª Sub-região	Tefé, Alvarães, Fonte Boa, Jutaiá, Japurá, Juruá, Maraã, Uarini - Validade: dezembro/2017.
3ª Sub-região	Lábrea, Boca do Acre, Canutama, Pauini, Tapauá – Expirado em junho/16.
5ª Sub-região	Humaitá, Manicoré, Novo Aripuanã, Apuí, Borba - Expirado em outubro/16.
7ª Sub-região	Anamã, Anori, Autazes, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Manaquiri, Novo Airão - Validade: março/2017 (prorrogável).
8ª Sub-região	Itaapiranga, Maués, Nova Olinda do Norte, Silves e Urucurituba - Validade: junho/2017 (prorrogável).

1.3. Esta Divisão de Gestão de Pessoas participa do curso de capacitação oferecido pela EASTJAM aos candidatos nomeados e empossados por este Tribunal, expondo algumas de suas atividades, tais como:

Lotação de servidores e serventuários, avaliação do servidor em estágio probatório e avaliação permanente de servidor para promoção na carreira, seleções internas, comunicação interna (Portal Gestão de Pessoas), atendimento e acompanhamento geral do servidor em conjunto com a Divisão de Serviços Médicos e Divisão de Serviço Social, dentre outras atividades.

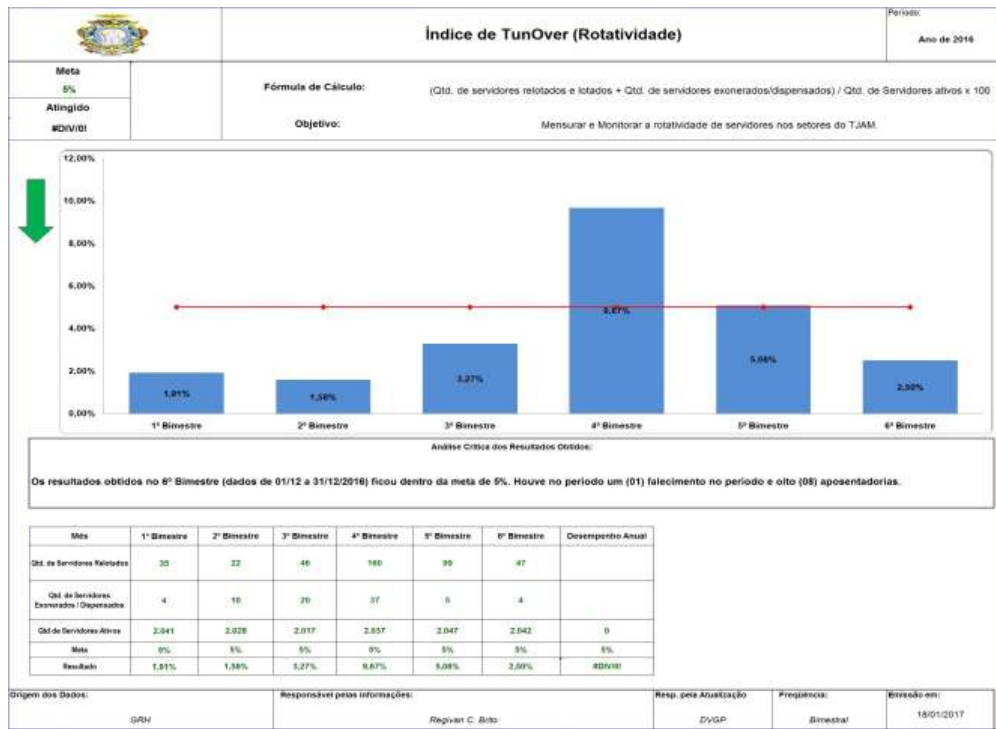
2. Lotação de Servidores

A Divisão de Gestão de Pessoas, ao longo do ano de 2016, promoveu a lotação inicial e relotação de 409 servidores e serventuários, executando o controle da movimentação destes servidores.

Abaixo é demonstrado o Índice de Turnover (Rotatividade de Pessoal) em 2016:



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016





Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

3. Comissão de Avaliação de Desempenho do Servidor em Estágio Probatório

3.1. Avaliação de Estágio Probatório

A avaliação dos servidores em estágio probatório é procedida por avaliadores (chefia imediata) e acompanhada pela Comissão de Estágio Probatório, composta por servidores efetivos, que ficará incumbida de supervisionar o processo de avaliação que trata a Resolução n.º 28/2007 – TJAM. Além desta atividade principal, destacamos as seguintes atribuições da Comissão:

- Análise do modelo de Formulário a ser enviado para avaliação do Estágio Probatório dos servidores, com a nova composição da Comissão.
- Análise quanto ao total de servidores em Estágio Probatório.
- Análise dos procedimentos quanto à avaliação de servidores em Licença de Saúde.
- Análise dos formulários recebidos pela DVGP no período da transição da gestão anterior para a gestão atual.
- Solicitação ao Presidente do TJAM da publicação dos atos de estabilidade dos servidores que concluíram o estágio probatório.

No período de janeiro a dezembro de 2016 foram acompanhados 520 (quinhentos e vinte) servidores que se encontravam em estágio probatório, sendo encaminhados expedientes de solicitação de avaliação para as respectivas chefias imediatas dos servidores avaliados.

Dentro do mesmo período 08 (oito) servidores tiveram seus atos de estabilidade publicados no DJE. Os trâmites operacionais para a elaboração de ofício e solicitação de publicação dos atos é de responsabilidade desta Divisão.

A tabela abaixo apresenta o quantitativo de avaliações realizadas mensalmente em cada etapa, no ano de 2016, totalizando em 902 avaliações recebidas e registradas.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Etapa da Avaliação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1ª	41	02	00	00	00	00	00	10	01	00	00	00
2ª	03	03	40	43	51	10	07	02	00	00	00	00
3ª	20	01	12	02	11	02	03	06	40	44	51	13
4ª	50	52	01	49	07	18	20	00	22	00	15	04
5ª	00	00	00	00	02	00	34	51	01	49	73	26
6ª	00	00	03	01	02	00	01	00	00	00	03	00
Total Mês	114	58	56	95	73	30	65	69	64	93	142	43
Total Ano	902											

4. Comissão Permanente de Avaliação do Servidor - CPAS

4.1. Movimentação Funcional de Servidores na Carreira

Foi realizada a movimentação funcional dos servidores na carreira contemplando 447 funcionários deste Poder, referente aos meses de janeiro a dezembro de 2016.

Em dezembro, foi autorizada a movimentação funcional destes servidores, por meio do Ato n.º 534/2016-PTJ, de 30 de novembro de 2016, publicado no DJE do dia 02/12/2016.

No mês de dezembro de 2016, a Divisão de Gestão de Pessoas iniciou levantamento referente aos servidores aptos para movimentação na carreira no ano de 2017, totalizando 1.053 servidores.

Durante as reuniões com os membros da referida Comissão, foram analisados diversos requerimentos de: correção de reenquadramento funcional, pagamento de diferença salarial decorrente de retroativos.

5. Acompanhamento Funcional



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Acompanhamento de servidores em licença médica, por orientação da Secretaria Geral de Administração e em cumprimento à Resolução n.º 001/2015, de 10 de fevereiro de 2015.

6. Mapeamento de Competências

Considerando a necessidade da modernização da Política de Gestão de Pessoas no Poder Judiciário Amazonense, o TJ/AM estabeleceu como um de seus macrodesafios, a implantação da política de Gestão por Competência, por meio do desenvolvimento permanente das competências necessárias ao desempenho funcional e do aperfeiçoamento e formação continuada de seu quadro de servidores, assegurando-lhes a oportunidade de desenvolvimento profissional e pessoal, necessários à realização da Estratégia.

Esta Divisão de Gestão de Pessoas, dando continuidade ao cumprimento das Metas estabelecidas no Plano Estratégico 2015/2020 deste Poder, no Macrodesafio da Perspectiva da Gestão – Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, cuja meta é Mapear 100% das competências dos servidores até 2020, formulou formulário para preenchimento pelos servidores efetivos do cargo de Assistente Judiciário, lotados na área administrativa ou judiciária, não ocupantes de cargos em comissão ou função gratificada, com o objetivo de identificar competências relevantes ao exercício das atividades no seu setor de trabalho.

7. Cumprimento de Resoluções do Conselho Nacional de Justiça - CNJ

Resolução n.º 219/2016 – a Divisão de Gestão de Pessoas elaborou um cronograma de atividades, com vistas à implantação de todas as diretrizes do normativo, que estabelece regras para distribuição e movimentação de servidores, de cargos em comissão e funções de confiança nos órgãos do Poder Judiciário.

Ainda, a Divisão encaminhou à Secretaria Geral de Justiça, por meio do P.A. n.º 2016/20471, autuado em 11/10/2016, Minuta de Portaria que trata da definição das áreas de atuação das unidades organizacionais deste Tribunal de Justiça, a fim de dar início aos trabalhos de implementação da Resolução.

Concomitantemente, a Divisão de Gestão de Pessoas solicitou à Coordenadoria de Estatística do Tribunal que fossem realizados os cálculos estatísticos apresentados nos Anexos da Resolução n.º 219/2016-CNJ, alterada pela Resolução n.º 243/2016-CNJ, a fim de agilizar os trabalhos para a confecção da Tabela



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

de Lotação de Pessoal (TLP), objeto destes autos, cujo prazo para publicação irá expirar em 30/03/2017.

Após a publicação das TLPs e o término dos cálculos estatísticos, dar-se-á início ao cumprimento integral das diretrizes estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, no que se refere à distribuição e a movimentação de servidores, de cargos em comissão e funções de confiança neste Poder Judiciário, o que significa o remanejamento de servidores para unidades judiciais indicadas como deficitárias.

Resolução nº 240/2016 – a Divisão de Gestão de Pessoas tomou conhecimento da edição e publicação deste Normativo, que institui a Política Nacional de Gestão de Pessoas do Poder Judiciário.

A Resolução elenca diretrizes para o planejamento das ações relacionadas à gestão de pessoas; à seleção, ao ingresso e à lotação de servidores; diretrizes para o acompanhamento e o desenvolvimento de servidores; para o acompanhamento e o desenvolvimento de gestores; diretrizes para promover a valorização e para garantir ambiente de trabalho adequado e qualidade de vida aos magistrados e servidores.

A Divisão de Gestão de Pessoas iniciou os trabalhos de elaboração da Minuta de Portaria para criação do Comitê Gestor Local de Gestão de Pessoas, com a composição e as atribuições elencadas pela referida Resolução.



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

**AS AÇÕES DA ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO
AMAZONAS**

Dentre as ações promovidas pela Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM ao longo de 2016, destacaram-se as seguintes:

FÓRUM DE DIREITO AMBIENTAL

A Escola Superior de Magistratura do Amazonas promoveu no período de 26 a 28 de julho, o Fórum de Direito Ambiental, que reuniu magistrados, legisladores, promotores, jornalistas, representantes da comunidade científica, acadêmicos, entre outros segmentos da sociedade civil.

De acordo com o Coordenador de Cursos da ESMAM, juiz de direito Paulo Feitoza, o Fórum conseguiu chamar a atenção de todos para a importância de um ambiente sustentável, convocando o pensamento jurídico a debater e combater os desafios enfrentados na área do meio ambiente. “O direito ambiental congrega todos os ramos do conhecimento para levar adiante a sua missão de resguardar o planeta terra e permitir que todos nós tenhamos uma vida saudável”, disse Feitoza.

Público: 158

Horas/aula: 12 horas

CURSO DE ATUALIZAÇÃO EM DIREITO ELEITORAL - ELEIÇÕES 2016

Com a aproximação das eleições municipais e a necessidade do aprimoramento dos magistrados, em âmbito regional, acerca da matéria Eleitoral, a ESMAM realizou de 15 a 20 de agosto o “Curso de Atualização em Direito Eleitoral - Eleições 2016”.

No curso foram abordados temas relevantes como: “Calendário Eleitoral e Registro de Candidatura”, “Prestação de Contas”, “Propaganda Eleitoral”, “Ações e Recursos”, “Condutas Vedadas e Crimes Eleitorais”, e “Improbidade Administrativa e Inelegibilidade”.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Entre os palestrantes o Ministro Henrique Neves, do Tribunal Superior Eleitoral; O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, Conselheiro Ari Moutinho Júnior; o Procurador Regional Eleitoral, Vitor Riccely; a Juíza Federal, Jaiza Fraxe; o Presidente da OAB-AM e Advogado Eleitoralista, Marco Aurélio Choy; o ex governador Amazonino Mendes, entre outros.

Público: 308

Horas/aula: 30 horas

Credenciado pela ENFAM, portaria N°202 de 24 de Agosto de 2016.

CURSO DE ATUAIZAÇÃO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL – CPC

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM) promoveu de 28 de novembro a 02 de dezembro, o Curso de Atualização no Novo Código Processual Civil, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM).

Segundo o Diretor da ESMAM, desembargador Ari Moutinho, a escolha da temática do curso deu-se em virtude da aprovação do novo CPC e sua vigência. “A partir dessa nova realidade, a justiça brasileira precisa refletir acerca do processo de atualização para adaptar-se ao modelo processual civil hodierno”, disse o Diretor da ESMAM.

Os professores responsáveis pela ministração do curso foram: o Advogado Pós-Doutor pela Universidade de Lisboa, Rennan Thamay, e os doutores Juiz de Direito Paulo Feitoza Coordenador de Cursos da ESMAM e o Advogado e Consultor Jurídico da Presidência do Tribunal de Justiça do Amazonas, Rodrigo Bastos.

Público: 300 pessoas

Horas/Aula: 20 horas

*Credenciado pela Escola Nacional de Formação de Magistrados (ENFAM)

DIREITO INDÍGENA (ENFAM/ESMAF E ESMAM)

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) em parceria com a Escola de Magistratura Federal da 1ª Região (ESMAF) e a Escola



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Superior da Magistratura do Amazonas (ESMAM) realizou nos dias 14 , 15 e 16 de dezembro, o curso “O Poder Judiciário e os Direitos Indígenas”.

O curso credenciado para fins de vitaliciamente ou promoção na carreira ofereceu aos juízes, referenciais teórico-empíricos, que auxiliem na fundamentação das decisões, levando em consideração as especificidades das práticas e conhecimentos dos povos tradicionais, fazendo dialogar com o Direito Internacional dos Direitos Humanos e o Direito brasileiro.

Público: 30 Pessoas

Horas/Aula: 20 horas

Credenciado pela ENFAM

EAD GESTÃO E PRODUTIVIDADE PARA EXCELÊNCIA DO JUDICIÁRIO

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas promoveu no período de 1º de Novembro a 10 de Dezembro, o curso “GESTÃO E PRODUTIVIDADE PARA A EXCELÊNCIA NO JUDICIÁRIO”, credenciado pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados - Enfam, na modalidade de Ensino a Distância (EAD).

Foram oferecidas 320 vagas, distribuídas em 8 turmas de 40 alunos cada. O curso foi moldado com uma dinâmica de horários flexíveis que compreendem o dia a dia da magistratura, com a duração de 60 horas-aula, organizado em 5 módulos.

Público: 300

Horas/Aula: 60 horas

Credenciado pela ENFAM pela portaria Nº 252 de 18 de Outubro de 2016.

PALESTRA - DESEMBARGADOR FEDERAL REIS FRIEDE

O Vice-Presidente do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Desembargador Federal Reis Friede, ministrou a palestra com o tema “Hermenêutica Jurídica, a legitimidade e o preceito ético da magistratura” no dia 02 de dezembro, na Escola Superior da Magistratura do Amazonas – ESMAM.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

O Diretor da ESMAM, desembargador Ari Moutinho destacou que o tema é de grande relevância. “A hermenêutica fornece os instrumentos de interpretação dos enunciados jurídicos com fins de construção do sentido da norma jurídica, ou seja, a norma jurídica não está na lei, mas na cabeça do intérprete, que a constrói (a norma) baseado nos textos jurídicos enunciados na vasta legislação existente, mediante a utilização de determinados métodos previamente selecionados pelo intérprete”, frisou Ari Moutinho.

Público: 70 pessoas

Horas/ Aula: 4 horas

JUSTIÇA INTERATIVA – 11 ESCOLAS ESTADUAIS VISITADAS

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas implantou o Projeto Justiça Interativa em outubro de 2011, como resposta à Meta nº. 04/2011 do Conselho Nacional de Justiça. Dois meses depois, a ESMAM atingiu a meta proposta pelo CNJ, mais os resultados positivos superaram as expectativas e fizeram com que a Escola inserisse o projeto no seu calendário anual.

O projeto tem a parceria da Secretária Estadual de Educação (Seduc) e alcançou, entre julho e novembro de 2016, mais de 990 alunos do ensino médio. Ao todo, no período de cinco meses, 11 escolas da rede pública de ensino receberam visitas de magistrados que, conforme a proposta do projeto levam aos estudantes informações sobre as atividades, atribuições e estrutura do Poder Judiciário, bem como sobre a importância do trabalho dos magistrados.

Unidades visitadas: Escola Estadual Estelita Tapajós; Escola Estadual Solon de Lucena; Escola Estadual Marcio Nery; Escola Estadual Ruy Alencar; Escola Estadual Senador Joao Bosco; Escola Estadual Maria Madalena; CETI Engenheiro Sergio Figueiredo; Colégio Dom Pedro II; Escola Estadual Brigadeiro Camarão; Escola Estadual Antônio Lucena e Escola Estadual Castelo Branco.

Público: 990 pessoas totais.

Hora/Aula: 2 horas.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

TRIBUNA JURÍDICA - TRÊS EDIÇÕES

A Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam), do Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM), realizou três edições do projeto Tribuna Jurídica que debateu temas como: Invasões de Terras (setembro), Tribunal do Júri (outubro) e Adoção por Casais Homoafetivos (outubro).

O desembargador Ari Moutinho, Diretor da ESMAM, declarou-se satisfeito com o debate que a proposta pedagógica que a Tribuna Jurídica proporciona. “Conseguimos com a Tribuna colocar magistrados, promotores, secretários, acadêmicos, a população em geral para debater sobre um tema de grande importância para o mundo jurídico”, finalizou o diretor.

Público: 261 pessoas

Horas/Aula: 12 horas

MEDALHA ESMAM 125 ANOS TJAM

O Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) comemorou os seus 125 anos entregando, a Comenda do Mérito Judiciário e Acadêmico a mais de 50 pessoas físicas e jurídicas que prestaram relevantes serviços à educação judicial e à magistratura estadual, e tendo ainda contribuído para a evolução e aprimoramento do Poder Judiciário no Estado.

A criação da Comenda do Mérito Judiciário e Acadêmico do aniversário de 125 anos da Corte foi assinada em outubro do ano passado, por meio do Ato de Administração Conjunta nº 01/2016, pelos desembargadores Flávio Pascarelli e Ari Jorge Moutinho, respectivamente, presidente do TJAM e diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas (Esmam). A intenção, de acordo com os magistrados, é reconhecer e agradecer aos que se dedicaram ao engrandecimento do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Público: 400

Horas: 4 horas



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

AS AÇÕES DA ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DO SERVIDOR
DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor do Tribunal de Justiça do Amazonas - EASTJAM tem como competência: (i) Planejar, elaborar e executar atividades de capacitação, atualização e aperfeiçoamento para os servidores e estagiários do TJAM; (ii) Gerenciar o Programa de Estágio do Tribunal, por meio de seleção, admissão e acompanhamento dos estudantes; (iii) Realizar concursos públicos para as Comarcas do Interior, que compreende atividades de elaboração de editais, inscrições, aplicação e correção de provas e resultado final.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

1. CAPACITAÇÃO

Ao longo de 2016, A Escola de Aperfeiçoamento do Servidor- EASTJAM viabilizou a capacitação de aproximadamente 1.474 (mil quatrocentos e setenta e quatro) servidores durante o exercício de 2016, em ações como cursos, seminários, congressos, palestras, oficinas e encontros, realizados nas dependências do Tribunal, em instituições parceiras, ou em eventos externos.

Participaram das ações de capacitação servidores que atuam na capital e no interior, estagiários e funcionários cedidos, aos quais foi oportunizado aperfeiçoamento profissional e desenvolvimento de habilidades técnicas e comportamentais para atuação na área fim, e na área meio do Tribunal de Justiça do Amazonas.

Dentre as capacitações destacaram-se as turmas dos Cursos de Formação para Conciliadores e Mediadores, conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), cujo propósito foi preparar os servidores para a atuação efetiva nas ações em que são aplicadas as formas alternativas de resolução de conflitos.

Em razão da aplicação do Novo Código de Processo Civil, foi realizada uma série de palestras a respeito de temas relevantes que foram modificados e atualizados pela legislação. Além disso, as capacitações a respeito do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ) foram oferecidas para que as alterações de procedimentos fossem também realizadas no sistema.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Como resultado de alcance de metas por algumas unidades judiciais, os respectivos servidores foram inscritos em cursos de pós-graduação, congressos e cursos livres como premiação e incentivo à produtividade. Portanto, no ano de 2016 houve também o oferecimento de aperfeiçoamento em instituições externas ao TJAM.

Destacou-se ainda o Curso de Formação Inicial para Servidores (CFIS), cujo propósito foi integrar e preparar para o trabalho os aprovados no Concurso Público de 2013, nomeados para exercício na Capital nas áreas de Psicologia, Serviço Social e Pedagogia.

Na área de tecnologia da informação foi oferecido aperfeiçoamento para os profissionais que atuam na área de rede de computadores. E, ainda, em face da implantação do peticionamento eletrônico, a EASTJAM desenvolveu juntamente com a área responsável cursos para a correta execução deste procedimento.

Por fim, no ano de 2016 foi iniciado o Projeto de Monitoria, em parceria com a Divisão de Planejamento Estratégico, Divisão de Tecnologia da Informação, e Comissão de Metas Nacionais, para formar e multiplicar os conhecimentos a respeito das metas definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Portanto, foram capacitados servidores de varas criminais comuns e especializadas, que passaram a executar atividades de monitoria para o correto manuseio do sistema SAJ, com o objetivo de otimizar o trabalho, e atingir as propostas do Judiciário em favor da população.

2. ESTÁGIO

O Programa de Estágio do Tribunal de Justiça do Amazonas é coordenado pela EASTJAM, que realiza processos seletivos, admissão e acompanhamento dos estudantes das diversas áreas de conhecimento, que podem integrar durante dois anos o quadro de estagiários da instituição.

No ano de 2016, a Seleção Pública para estagiários de Direito contou com 2.209 (dois mil duzentos e nove) inscritos e 495 (quatrocentos e noventa e cinco) aprovados. Os estagiários classificados passaram por capacitação inicial abrangendo conhecimentos de organização judiciária, rotinas cartorárias, sistemas utilizados pelo Tribunal, orientação sobre técnicas de resolução de conflitos e relacionamento interpessoal.

Os processos seletivos para outras áreas de formação como Administração, Engenharia, Informática, Psicologia, Serviço Social, entre outras áreas de nível



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

superior foram realizados no decorrer do ano. No Interior do Amazonas, foi oferecida a seleção para estagiários de nível médio, em parceria com a SEDUC, em todas as comarcas.

Neste ano foram admitidos 348 (trezentos e quarenta e oito) estagiários de diversas áreas de formação para atuar na capital, todos provenientes das seleções citadas. As admissões foram efetivadas para substituir vagas deixadas por estudantes que tiveram seus contratos concluídos.

3. CONCURSOS PÚBLICOS REGIONALIZADOS

Em 22 de Junho de 2016 foi homologado o Concurso Público para a 7ª Sub-Região do Amazonas (Anamã, Anori, Autazes, Beruri, Caapiranga, Coari, Codajás, Manaquiri e Novo Airão), assim como o Concurso Público da 8ª sub-região (Itapiranga, Maués, Nova Olinda do Norte, Silves e Urucurituba), em 03 de Março de 2016. Os candidatos aprovados já estão aptos para nomeação.



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

**AS AÇÕES DA DIVISÃO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E
COMUNICAÇÃO**

Ao longo de 2016, várias ações foram executadas para o aperfeiçoamento da estrutura de tecnologia de informação e comunicação do Tribunal de Justiça do Amazonas, dentre as quais as abaixo arroladas, detalhadas por meses:

ABRIL

Implantação, no SAJ-EST e SAJ-SG5, dos relatórios das Metas Nacionais do Poder Judiciário – 2016. O Glossário Nacional está disponível em <http://www.cnj.jus.br/gestao-e-planejamento/metas/metas-2016>;

MAIO

Correção do trâmite dos cumprimentos de sentença e embargos de declaração, que geravam número de processo e passaram a tramitar entranhados ao processo principal;

JULHO

Restabelecimento do envio de processos para os tribunais superiores (STJ/STF) que estavam paralisados há mais de um ano, fato que prejudicava partes e advogados com recursos pendentes aos referidos tribunais;

Restabelecimento do envio de e-mails no encerramento dos chamados do Helpdesk, funcionalidade importante para comunicação com o usuário solicitante do serviço e que estava paralisado há pelo menos três anos;

Restabelecimento do Redmine, ferramenta utilizada pelo SDS para gerenciamento dos projetos que estava paralisado há mais de um ano;

Restabelecimento do acesso ao Projudi nas comarcas de Autazes, São Sebastião do Uatumã, Caapiranga e Amaturá;

AGOSTO

Implementado controle de emissão de Certificados Digitais para melhor acompanhamento do contrato vigente com o fornecedor;

Alteração dos canais suporte.capital e suporte.interior, visando minimizar erros de grafia com as palavras "saj" e "projudi" presentes nos contatos anteriores duvidas.saj e duvidas.projudi, respectivamente;



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Restabelecimento do acesso ao Projudi nas comarcas de São de Olivença, Tonantins, Barreirinha, Alvarães, Benjamin Constant e Silves;

SETEMBRO

Assinatura do convênio com o Exército Brasileiro para interligação das comarcas do interior por fibra ótica através do Programa Amazônia Conectada;

OUTUBRO

Implantação do sistema de penhora online de imóveis em parceria com a Anoreg nas varas cíveis;

Atualização dos sistemas da capital de Primeiro e Segundo Grau para com as demandas do Novo CPC. Início da implementação destas alterações no sistema de gestão das comarcas do interior;

NOVEMBRO

Firmado convênio para envio de Flagrantes da Polícia Civil através do eSAJ com comunicação do ato para Defensoria e Ministério Público

Lançamento do projeto "Justiça Sem Papel", cujo foco é a ampliação da intimação / citação eletrônica;

Lançamento do sistema de Chamada Eletrônica de Audiências no Fórum Azarias Menescal.



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

AS AÇÕES DA DIVISÃO DE ENGENHARIA

Ao longo de 2016, várias ações foram executadas para o aperfeiçoamento da estrutura física do Tribunal de Justiça do Amazonas, dentre as quais algumas delas foram concluídas em 2016 conforme itens 1, 2 e 4 e outras foram tomadas providências com a elaboração do Termo de Referência dos quais alguns foram finalizados este ano (2017) e outras encontram-se ainda em andamento conforme itens 3 e 5.

1. EXECUÇÃO DE OBRAS E REFORMAS

1.1 - Obra de Construção do Fórum de Autazes;

1.2 - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, com fornecimento de materiais e peças, em 07 (sete) ELEVADORES eletromecânicos para atender o edifício Arnaldo Péres (05) e o Fórum Mário Verçosa (02);

1.3 – Ampliação e Reforma do Arquivo Central;

1.4 – Realização de serviço de Recomposição da impermeabilização no perímetro da laje, reparo de trincas e substituição de pastilhas de revestimento do Prédio sede;

1.5 – Reforma Fórum da Comarca de São Sebastião do Uatumã;

1.6 – Modernização dos elevadores do FHR;

1.7 – Reforma da Comarca de Parintins;

1.8 – Obra de Readaptação do Auditório e dos dutos de águas pluviais do Fórum Azarias Menescal;

2. FORMALIZAÇÃO DE ARP PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS E MATERIAIS

2.1 – Formalização de ARP para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza de fossa e caixa de remoção de entulho e fornecimento de vidro laminado, borracha de vedação.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

2.2 – Formalização de ARP para contratação de empresa para eventual fornecimento de material elétrico;

2.3 – Formalização de ARP para contratação de empresa para eventual fornecimento de material civil;

2.4 – Formalização de ARP para contratação de empresa para eventual fornecimento de ar-condicionado;

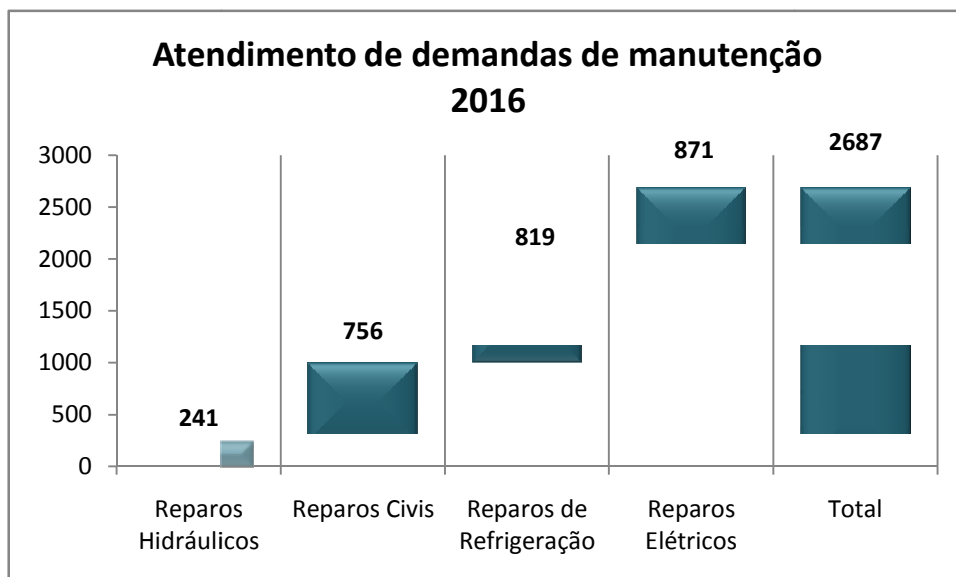
2.5 - Formalização de ARP para contratação de empresa para eventual fornecimento de material hidráulico.

3. ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA PARA FORMALIZAÇÃO DE ARP

3.1 – Formalização de ARP para eventual aquisição de extintores e recargas;

4. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ATRAVÉS DE ARP PARA ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE MANUTENÇÃO

4.1 Solicitações Atendidas em 2016:



5. ELABORAÇÃO DE TERMO DE REFERÊNCIA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

5.1 – Elaboração de Termo de referencia para viabilização de entrada exclusiva de servidores do Arnaldo Péres.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

5.2 – Elaboração de Termo de Referência para adequação da sala que abrigará a Central de Processamentos de Dados;

5.3 – Elaboração de Termo de Referência para contratação de empresa para o fornecimento de disjuntor de média Tensão;

5.4 – Elaboração de Termo de Referência para aquisição de materiais Civis para implantação de vara única no Mário Verçosa;

5.5 – Elaboração de Termo de Referência para viabilização de acessibilidade nas dependências do Tribunal.

5.6 – Elaboração de Termo de Referência para contratação emergencial de empresa para o fornecimento de grama para contenção de deslizamento de terra no estacionamento do Arnaldo Péres;

5.7 - Elaboração de Termo de Referência para aquisição de materiais Hidráulicos para implantação de vara única no Mário Verçosa;



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

No exercício de 2016, a Comissão Permanente de Licitação (CPL) concluiu 45 (quarenta e cinco) procedimentos licitatórios, sendo: 43 (quarenta e três) Pregões Eletrônicos (PE) e 02 (dois) Pregões Presenciais (PP), dos quais 34 (trinta e quatro) foram homologados, 06 (seis) fracassados, 05 (cinco) revogados. Dentre os pregões homologados 10 (dez) grupos foram fracassados e 03 (três) desertos.

Nas páginas a seguir serão arroladas algumas das informações dos procedimentos licitatórios concluídos, logo em seguida serão apresentados os contratos firmados pelo tribunal ao longo de 2016.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 001/2016	2015/20890	Registro de preços para eventual aquisição de BOMBAS DE ÁGUA para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	52.949,10	49.638,43	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 002/2016	2015/14330	Registro de preços para eventual aquisição de CARIMBO para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	3.724,00	3.180,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 003/2016	2014/29713	Registro de Preços para eventual aquisição de gênero alimentício (CAFÉ) para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência (Anexo V) do edital.	6.444,00	4.500,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 004/2016	2015/25111	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de REFEIÇÃO PREPARADA destinada aos participantes das sessões das Varas do 1º, 2º e 3º Tribunal do Júri do Tribunal de Justiça do Amazonas, pelo período de 12 meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	197.466,20	169.483,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 005/2016	2015/20602	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de dois ELEVADORES de passageiros, com o serviço de manutenção preventiva, no EDIFÍCIO GARAGEM, localizado no Fórum Ministro HENOCK REIS, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital..	291.000,00	=	<u>FRACASSADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 006/2016	2015/14046	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de um ELEVADOR de passageiros e um elevador de cargas com o serviço de manutenção preventiva por um período de 12 (doze) meses para o RESTAURANTE, a ser construído no terreno do Fórum Ministro Henoch Reis, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	171.654,84	-	<u>FRACASSADO</u>
PE 007/2016	2015/14300	Registro de preços para eventual aquisição e gênero alimentício (AÇÚCAR), para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	5.004,00	3.840,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 008/2016	2015/27359	Contratação de empresa especializada em prestação de serviços de Operação, Monitoramento e Manutenção da Estação de Tratamento de EFLUENTES no prédio sede do Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	75.348,84	71.760,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 009/2016	2015/24188	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de COMBUSTÍVEL com a prestação dos serviços de gerenciamento de abastecimentos da frota de veículos e do sistema alternativo de energia (grupo gerador) para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	652.880,93	646.224,11	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 010/2016	2016/1613	Contratação de empresa para o fornecimento de ÁGUA MINERAL ou potável natural de mesa (sem gás) acondicionada em garrafas descartáveis de 350ml e garrações de 20 (vinte) litros, com serviço de entrega, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	139.098,00	104.442,03	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 011/2016	2015/24727	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de SUBESTAÇÕES de média tensão (13,8 kV) e grupos geradores, com fornecimento de peças, componentes e/ou acessórios, por um período de 12 (doze) meses, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	121.506,72	96.414,60	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 012/2016	2016/956	Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de TELEFONIA MÓVEL PESSOAL - SMP , na modalidade local e longa distância VC1, VC2 e VC3, compreendendo as ligações do tipo móvel-móvel e móvel-fixo, com o fornecimento de aparelhos, em regime de comodato, habilitados no plano pós-pago, com chip e área de registro na cidade de Manaus, por um período de 12 (doze) meses, para atender o Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	38.743,80	-	<u>REVOGADO</u>
PE 013/2016	2016/1475	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA , com fornecimento de materiais e peças, em 07 (sete) ELEVADORES eletromecânicos para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	80.131,68	37.000,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 014/2016	2016/6768	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de gerenciamento de controle de acesso, por meio de alocação de AGENTES DE PORTARIA para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência (Anexo IV) do edital.	725.981,40	593.183,76	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 015/2016	2015/19293	Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	8.342,00	-	<u>REVOGADO</u>
PE 016/2016	2016/6848	Registro de preços para eventual contratação de empresa para prestação de serviços de BUFFET para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	123.550,00	123.550,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 017/2016	2016/4586	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de acesso ao BACKBONE da Internet, para possibilitar maior velocidade e REDUNDÂNCIA de acesso aos serviços disponibilizados na web , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	131.400,00	-	<u>REVOGADO</u>
PE 018/2016	2015/20602	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de dois ELEVADORES de passageiros, com o serviço de manutenção preventiva, no EDIFÍCIO GARAGEM, localizado no Fórum Ministro HENoch REIS, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	310.280,00	-	<u>FRACASSADO</u>
PE 019/2016	2016/2084	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de seis ELEVADORES de passageiros com o serviço de manutenção preventiva por um período de 12 (doze) meses para a TORRE CÍVEL em construção no terreno do Fórum Ministro Henoch Reis, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	1.161.833,10	-	<u>FRACASSADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 020/2016	2016/4848	Contratação de empresa especializada em Controle de PRAGAS URBANAS para atuação nos prédios pertencentes ao Tribunal de Justiça do Amazonas com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra.	78.000,00	48.795,36	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 021/2016	2015/15899	Registro de preços para eventual aquisição de MATERIAL GRÁFICO para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	G1 - 13.974,00 G2 - 81.905,56 G3 - 16.278,06 G4 - 72.718,00 G5 - 10.011,50 G6 - 86.100,00 G7 - 135.000,00 G8 - 13.375,95	G1 - - G2 - 77.875,00 G3 - 16.241,00 G4 - - G5 - - G6 - 74.440,00 G7 - 128.265,00 G8 - -	G1 - <u>FRACASSADO</u> G2 - <u>HOMOLOGADO</u> G3 - <u>HOMOLOGADO</u> G4 - <u>DESERTO</u> G5 - <u>FRACASSADO</u> G6 - <u>HOMOLOGADO</u> G7 - <u>HOMOLOGADO</u> G8 - <u>DESERTO</u>
PE 022/2016	2016/0188	Registro de preços para eventual aquisição de MATERIAS DE EXPEDIENTE para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	G1 - 151.769,20 G2 - 222.473,25 G3 - 4.881,60 G4 - 2.480,00	G1 - 120.679,00 G2 - 144.796,00 G3 - - G4 - 2.200,00	G1 - <u>HOMOLOGADO</u> G2 - <u>HOMOLOGADO</u> G3 - <u>DESERTO</u> G4 - <u>HOMOLOGADO</u>
PE 023/2016	2016/7111	Contratação de empresa especializada na manutenção preventiva e corretiva de links de FIBRA ÓTICA , incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à prestação do serviço, bem como a identificação e a recuperação de cabeamentos ópticos interno e externo das unidades do TJAM, nos segmentos conectados à sede (Ed. Des. Arnoldo Péres), conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	120.000,00	111.375,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 024/2016	2016/8199	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de JARDINAGEM para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	343.380,84	-	<u>REVOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		ST AT US
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 025/2016	2016/3145	Registro de preços para eventual aquisição de MATERIAL ELÉTRICO , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	G1 – 18.937,70 G2 – 130.202,38 G3 – 72.745,10 G4 – 4.424,38 G5 – 74.079,78	G1 – - G2 – - G3 – 62.088,30 G4 – - G5 – -	G1 – <u>FRACASSADO</u> G2 – <u>FRACASSADO</u> G3 – <u>HOMOLOGADO</u> G4 – <u>FRACASSADO</u> G5 – <u>FRACASSADO</u>
PE 026/2016	2016/8741	Registro de preços para eventual fornecimento de materiais e prestação de serviços de engenharia, quais sejam: limpeza de fossa, fornecimento de vidro laminado, fornecimento de borracha de vedação para esquadria de alumínio e serviço de caixa de remoção de entulho , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	348.840,00	310.814,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 027/2016	2016/12294	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras multifuncionais do fabricante LEXMARK, modelos x646e, x642e e x656de , com fornecimento de peças de reposição e kits de manutenção, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	789.360,00	198.000,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 029/2016	2015/14046	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de um ELEVADOR de passageiros e um elevador de cargas com o serviço de manutenção preventiva por um período de 12 (doze) meses para o RESTAURANTE, a ser construído no terreno do Fórum Ministro Henoch Reis, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	198.200,00	189.900,00	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		STATUS
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 030/2016	2016/16074	Contratação de empresa de fornecimento de mão de obra especializada em APOIO ADMINISTRATIVO para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	2.264.435,16	1.882.361,76	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 031/2016	2016/13655	Registro de preços para eventual aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente definida em software para ambientes de virtualização que permita o gerenciamento centralizado com alta disponibilidade entre sites com garantia de escalabilidade linear sem substituição de equipamentos controladores, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	8.546.138,00	-	<u>REVOGADO</u>
PE 032/2016	2016/14102	Registro de preços para eventual aquisição de solução de rede switches, GBICS e software de gerenciamento, para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	1.878.493,00	1.777.546,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 033/2016	2016/8607	Registro de preços para eventual fornecimento de equipamentos de ar-condicionado do tipo Split para atender ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	1.701.325,30	1.540.597,20	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		ST AT US
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 034/2016	2016/8614	Registro de preços para eventual aquisição de MATERIAL DE ENGENHARIA diversos (ferramentas, marcenaria, acabamento, pintura, construção, material para placa de gesso acartonado e placa de ACM) para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	G1 – 45.760,00 G2 – 106.000,00 G3 – 183.944,70 G4 – 46.119,00 G5 – 241.738,70 G6 – 5.163,50	G1 -- G2 – 75.598,00 G3 – 150.104,20 G4 – 27.144,90 G5 – 235.739,00 G6 – 4.899,40	G1 – FRACASSADO G2 – HOMOLOGADO G3 – HOMOLOGADO G4 – HOMOLOGADO G5 – HOMOLOGADO G6 – HOMOLOGADO
PE 035/2016	2016/10186	Registro de preços para eventual contratação de serviços de hospedagem em hotel de categoria quatro estrelas ou equivalente, localizado na região centro-sul da cidade de Manaus, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	27.500,00	-	FRACASSADO
PE 036/2016	2015/19293	Registro de preços para eventual aquisição de equipamentos de proteção individual - EPI para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	8.342,00	8.280,00	HOMOLOGADO
PE 037/2016	2015/22235	Registro de preço para eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de MATERIAIS DE ENGENHARIA para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	122.742,42	111.089,77	HOMOLOGADO
PE 038/2016	2015/22246	Registro de preços para eventual aquisição de SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência deste edital.	128.747,55	66.700,00	HOMOLOGADO



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		ST AT US
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 039/2016	2016/13837	Registro de preços para eventual aquisição de solução de proteção de rede com características de Next Generation Firewall (NGFW) , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital..	3.010.170,25	2.175.000,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 040/2016	2015/23676	Registro de Preços para eventual aquisição de MATERIAL MÉDICO , para atender a demanda do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses.	G1 – 5.512,43 G2 – 12.387,64 G3 – 4.245,50	G1 - - G2 – 12.387,64 G3 -	<u>G1 – FRACASSADO</u> <u>G2 – HOMOLOGADO</u> <u>G3 - FRACASSADO</u>
PE 041/2016	2016/13655	Registro de preços para eventual aquisição de solução de infraestrutura hiperconvergente definida em software para ambientes de virtualização que permita o gerenciamento centralizado com alta disponibilidade entre sites com garantia de escalabilidade linear sem substituição de equipamentos controladores, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	8.546.138,00	7.482.585,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 042/2016	2015/20602	Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de dois ELEVADORES de passageiros , com o serviço de manutenção preventiva, no EDIFÍCIO GARAGEM, localizado no Fórum Ministro HENOCK REIS, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e condições definidas no Projeto Básico do edital.	343.135,02	317.110,00	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

PREGÃO ELETRÔNICO	PROCESSO ADM.	OBJETO	VALOR		ST AT US
			ESTIMADO (R\$)	CONTRATADO (R\$)	
PE 040/2015	2013/29798	Contratação de empresa especializada em serviços de perfuração e tamponamento de POÇO TUBULAR , com fornecimento de materiais de construção e mão de obra, instalação dos sistemas elétricos, e demais equipamentos necessários à perfeita execução do serviço nos Fóruns Des. Mário Verçosa e Lúcio Fontes de Rezende, incluindo o tamponamento do poço (46m) existente no Fórum Desembargador Mário Verçosa, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	199.210,00	131.000,00	<u>HOMOLOGADO</u>
PE 047/2015	2015/1337	Aquisição de EQUIPAMENTOS DIVERSOS (maca, colchão, escada, cilindro de oxigênio, foco, mesa de aço, suportes, esfigmomanômetro, estetoscópio, termômetro, laringoscópio) , para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações e condições definidas no Termo de Referência do edital.	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 – 17.953,41 Item 7 – 298,80	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 – 15.840,98 Item 7 - -	Itens 1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12 e 13 – <u>HOMOLOGADO</u> Item 7 - <u>FRACASSADO</u>
PP 001/2016	2016/994	Contratação de empresa especializada para a exploração de RESTAURANTE com serviço do tipo "self-service" e lanchonete, mediante cessão onerosa de uso de área, no Fórum Ministro HENOCH REIS, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações constantes no Termo de Referência do edital.	120.000,00	-	<u>FRACASSADO</u>
PP 002/2016	2016/994	Contratação de empresa especializada para a exploração de RESTAURANTE com serviço do tipo "self-service" e lanchonete, mediante cessão onerosa de uso de área, no Fórum Ministro HENOCH REIS, para atender ao Tribunal de Justiça do Amazonas, conforme especificações constantes no Termo de Referência do edital.	120.000,00	151.000,00	<u>HOMOLOGADO</u>



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

CONTRATOS ADMINISTRATIVOS FIRMADOS EM 2016 - FUNJEAM			
CONTRATADA	CT Nº	OBJETO/RELEVÂNCIA	INÍCIO DA VIGÊNCIA
AXXESS	001/2016-FUNJEAM	Prestação de serviços backbone da internet para redundar maior velocidade e redundância	24/02/2016
ALICE DA SILVA DUQUE	005/2016-FUNJEAM	Contratação de empresa especializada no fornecimento de refeição preparada, de forma contínua, de acordo com a necessidade da CONTRATANTE, destinadas aos participantes das sessões das Varas do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus/AM, vinculadas ao Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	14/03/2016
ELEVADORES OTIS LTDA	006/2016-FUNJEAM	O presente Contrato tem por objeto a prestação, de forma contínua, dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em 02 (dois) elevadores eletromecânicos de passageiros, com 03 (três) paradas, com o fornecimento de materiais e peças para a plena execução do objeto contratual.	21/03/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

COSAMA	008/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação dos serviços de abastecimento de água potável e esgotamento sanitário para a unidade do CONTRATANTE nos municípios de (Juruá, Carauari, Benjamin Constant e Itamarati), pela CONTRATADA/CONCESSIONÁRIA, nas condições estabelecidas neste Termo.	21/03/2016
MANAUS AMBIENTAL	009/2016-FUNJEAM	Prestação de serviços de fornecimento de água potável e coleta de esgoto, visando atender as unidades do CONTRATANTE na cidade de Manaus. Fórum Desdor. Mário Verçosa Fórum Min. Henoch da Silva Reis Edifício Desdor. Arnaldo Péres Fórum Desdor. Lúcio Fontes de Resende Central de Transportes Escola Superior da Magistratura Arquivo.	21/03/2016
FRANCISCO W A JUNIOR ENGENHARIA AMBIENTAL - ME (CONEAMB)	010/2016-FUNJEAM	O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de operação, monitoramento e manutenção da Estação de Tratamento e Efluentes – ETE, do Edifício Desembargador Arnaldo Péres (Prédio Sede do TJAM).	28/03/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

REDECONV	011/2016-FUNJEAM	O presente Contrato tem por objeto o fornecimento de combustível com a prestação dos serviços de gerenciamento de abastecimento, destinado à frota de veículos e ao Sistema Alternativo de Energia (Grupos Geradores) de uso do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, mediante a implantação de cartão eletrônico de monitoramento de frota (magnético, chip e/ou outros), em rede de postos credenciados nas cidades de Manaus, Itacoatiara e Manacapuru, no Estado do Amazonas.	22/04/2016
AM.ENERGIA	013/2016-FUNJEAM	Fornecimento de energia elétrica Comarca de Rio Preto da Eva (UC: 20318820)	09/05/2016
CLARO S.A.	014/2016-FUNJEAM	Prestação de serviços telefonia Móvel Pessoal - SMP, na modalidade local e longa distância VC1, VC2 e VC3, na modalidade longa distância compreendendo as ligações do tipo MÓVEL- MÓVEL e MÓVEL- FIXO, com o fornecimento de aparelhos, em REGIME DE COMODATO, habilitados no plano pós-pago, com chip e área de registro na cidade de Manaus.	24/05/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

J C DOS SANTOS NASCIMENTO – EPP	015/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente Contrato o fornecimento, por demanda, com serviço de entrega nas Unidades Administrativas e Judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, de água mineral ou potável natural de mesa (sem gás), acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros e garrafas descartáveis de 350 ml (trezentos e cinquenta mililitros), lacrados e envasados de acordo com as normas estabelecidas pela ANVISA.	31/03/2015
GRIFON SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO DE OBRAS LTDA	016/2016-FUNJEAM	O presente pacto tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação, de forma contínua, dos serviços de gerenciamento de controle de acesso, por meio de alocação de agentes de portaria e supervisor, nas dependências das Unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.	13/06/2016
ELEVADORES BRASIL LTDA – ME	019/2016-FUNJEAM	Serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de materiais e peças, de 07 (sete) elevadores, sendo 05 (cinco) deles instalados no Edifício Desembargador Arnaldo Péres (Prédio Sede) e 02 (dois) instalados no Fórum Desembargador Mário Verçosa.	06/07/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

LEMAN ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA	020/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva nas subestações de média tensão (13,8 kV) e grupos geradores nas unidades do CONTRATANTE especificadas no quadro abaixo, com fornecimento de materiais, peças, equipamentos, mão de obra e acessórios, conforme.	10/07/2016
PRODAM	021/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente Contrato a prestação dos serviços de Execução de Sistemas – PRODAM-RH, para manter o cadastro dos servidores e Folha de Pagamento de Pessoal, processar folhas de pagamento e fornecer relatórios para efetivação de pagamento, de acordo com as descrições contidas nos Anexos deste instrumento.	10/07/2016
ALLEN RIO	022/2016-FUNJEAM	O presente pacto tem por objeto a renovação de licenças do software Microsoft Core Infrastructure Server Suite DataCenter – Software Assurance, as quais correspondem ao item 1 da Ata de registro de preços vinculada ao Pregão Eletrônico SRP nº 401/2015, formalizada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, utilizadas nos servidores que prevêm os serviços de Tecnologia da Informação do CONTRATANTE.	26/08/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

MA DA COSTA DOS SANTOS – ME	024/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente Pacto a prestação dos serviços de controle integrado de pragas urbanas nos prédios do Tribunal de Justiça do Amazonas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme especificado no Termo de Referência e seus anexos, parte integrante e complementar deste pacto.	26/10/2016
SUPLEX SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO	025/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto, a prestação de serviços de apoio operacional, com a contratação de motoristas, em decorrência da adesão a Ata de registro de preços vinculada do Pregão Eletrônico nº 02/2015, formalizada por Coordenação Regional do Rio Negro – FUNAI, conforme as quantidades, exigências e estimativas especificadas no Termo de Referência, parte integrante e complementar deste pacto.	18/11/2016
DWA CONSTRUÇÕES ELETROMECÂNICAS LTDA	026/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto: O fornecimento e instalação de 01 (um) elevador de passageiros e 01 (um) elevador de cargas), com 02 (duas) paradas cada, referente ao Lote 01 (um), no Restaurante construído no prédio anexo ao Fórum Ministro Henocho da Silva Reis; o Serviço de manutenção preventiva dos elevadores referente ao Lote 02 (dois), pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data de emissão do termo de recebimento definitivo.	06/12/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

CENTERMAX Suprimentos de Informática Ltda.	027/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em impressoras multifuncionais instaladas nas unidades do CONTRATANTE na cidade de Manaus/AM, com o fornecimento de peças de reposição e kits de manutenção.	22/12/2016
TRIFITY CONSTRUÇÕES LTDA	002/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação de serviços de engenharia em execução de obra de reforma do prédio que abriga o Fórum da Comarca de São Sebastião do Uatumã/AM, incluindo o emprego de equipamentos e insumos necessários à sua execução.	16/03/2016
PIONEIRO COMBUSTÍVEIS LTDA	003/2016-FUNJEAM	Fornecimento de combustível de aviação, destinado ao abastecimento da Aeronave Marca PIPER, Modelo Navajo, PA 31-350, número de série 31-7300952, prefixo PT-JAM, de uso da CONTRATANTE, para entrega de forma parcelada e sob demanda pelo período de 12 (doze) meses, nas localidades e nas condições previstas no termo de referência e neste contrato.	24/02/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

NEWSAN - SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA	004/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação de serviços de engenharia abaixo especificados, com fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos, nas dependências do Fórum Desembargador Azarias Menescal de Vasconcelos. a) Reforma e readequação da sala onde funcionava o auditório do referido Fórum para instalação de 03 (três) salas de conciliação e 01 (um) salão de recepção e espera. b) Impermeabilização dos dutos das colunas de drenagem de águas pluviais na cobertura do Fórum.	02/03/2016
A G CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME	007/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação de serviços de engenharia em execução de obra de reforma do prédio que abriga o Fórum da Comarca de Parintins/AM, incluindo o emprego de equipamentos e insumos necessários à sua execução.	02/05/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

AXXESS	012/2016-FUNJEAM	Prestação de serviços de conexão ao backbone da internet, para possibilitar maior velocidade e redundância de acesso.	18/04/2016
MS CONTROLE INTEGRADO DE PRAGAS LTDA	017/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente Pacto a prestação dos serviços de controle integrado de pragas urbanas nos prédios do Tribunal de Justiça do Amazonas, com fornecimento de materiais, equipamentos e mão de obra, conforme especificado no Termo de Referência e seus anexos, parte integrante e complementar deste pacto.	14/06/2016
RPJ COMÉRCIO E SERVIÇOS DA AMAZÔNIA LTDA	018/2016-FUNJEAM	O presente pacto tem por objeto a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de links de fibra óptica, incluindo o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários à prestação dos serviços, bem como a identificação e a recuperação dos cabeamentos ópticos interno e externo das unidades do CONTRATANTE nos segmentos conectados à sede, Edifício Arnaldo Péres.	23/06/2016



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

ENGEGRIM ENGENHARIA LTDA	023/2016-FUNJEAM	Constitui objeto do presente pacto a prestação dos serviços de medição e análise da qualidade de energia elétrica para o Fórum Desembargador Mário Verçosa, contemplando a evolução dos níveis de tensão de fase e de linha; do fator de potência da instalação; dos valores de potência real, reativa e aparentes demandas; dos harmônicos e TDH; da frequência do sinal de rede; e demais itens possíveis e previstos no Termo de Referência, fornecendo relatório técnico comentado das medições e análises, bem como propostas de ações corretivas.	19/09/2016
-----------------------------	------------------	---	------------



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

**DADOS ESTATÍSTICOS NO ÂMBITO DA ATIVIDADE JUDICANTE DO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS**

O Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas – TJAM, possui jurisdição sobre 61 municípios e um termo, compreendendo uma área de 1.571.000 km², com uma população de 4 milhões de habitantes.

Por ser um Tribunal totalmente inserido no contexto da tecnologia da informação, sendo um dos precursores na implantação do processo eletrônico, atualmente utiliza os Sistemas de Gestão processual SAJ (Sistema de Automação Judicial), utilizado na Capital, e o sistema PROJUDI no interior do estado.

Os dados estatísticos extraídos do Sistema SAJ, particularmente do módulo de gestão do 1º Grau, demonstra que no ano de 2016, deram entrada 186.655 processos nas Varas e Juizados Especiais da Capital.

O estoque processual que iniciou o ano de 2016 com o número de 670.731 processos, encerrou o ano com o estoque de 664.938 processos, o que representa um decréscimo de 0,86%.

Pode-se verificar ainda que foram sentenciados 153.995 processos de 1º grau na capital.

Para as comarcas do interior do estado do Amazonas, o sistema PROJUDI apresenta a entrada de 61.945 processos novos, onde o estoque inicial processual de 2016 era de 191.836, e finalizou com um estoque final de 208.035, o que representa um acréscimo de 8,44%.

No âmbito do 2º Grau da Jurisdição, deram entrada no Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas 33.288 processos novos no ano de 2016, sendo alcançado neste período um total de 21.575 julgamentos com Mérito e 2.917 julgamentos sem Mérito, fechando o ano de 2016, para o 2º grau, com o acervo processual de 23.234 processos.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

QUADRO DE PROCESSOS DO 1º GRAU - CAPITAL

Vara	Em andamento em dez/2015	Entrados por distribuição	Entrados por redistribuição	Por Evolução para Ação Penal	Por Evolução para fase de execução	Saídos por redistribuição	Saldo de Entrados	Média mensal de entrados	Sentenciados	Julgado / Transitado (no período)	Arq. definitivamente (no período)	Rem. para outro trib. (no período)	Em grau de recurso (no período)	Arq. admin. (no período)	Suspensos (no período)	Em andamento em dez/2016
9ª Vara do Juizado Especial Cível	1791	3474	58	0	0	34	3498	291,5	3256	13	3307	0	426	0	27	2598
16ª Vara do Juizado Especial Cível	2790	3665	47	0	0	216	3496	291,33	3348	0	4112	0	355	0	33	2997
1ª Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	12278	2610	583	1619	0	452	4360	363,33	4459	1455	3611	0	115	0	1154	10959
10ª Vara do Juizado Especial Cível	2901	3463	59	0	129	28	3623	301,91	3764	583	4498	0	369	0	94	3014
19ª Vara do	753	1148	148	14	0	537	773	64,41	1257	30	1112	0	11	0	57	442



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Juizado Especial Criminal																		
Casa de Justiça e Cidadania	126	15	0	0	0	0	15	1,25	28	0	0	0	0	0	0	0	0	140
	20.639	14.375	895			1.267	15.765	218,95	16.112	2.081	16.640	0	1.276	0	1.365	20.150		
17ª Vara do Juizado Especial Criminal	1045	1295	165	0	0	107	1353	112,75	1431	1	1650	0	2	0	0	0	0	847
3ª Vara do Juizado Especial Cível	2977	2264	493	0	0	272	2485	207,08	2066	1	2206	0	505	0	31	3555		
5ª Vara do Juizado Especial Cível	2574	2488	260	0	0	264	2484	207	2552	216	2391	0	435	0	69	2897		
15ª Vara do Juizado Especial Cível	1669	2541	289	0	0	340	2490	207,5	3241	1183	2738	0	439	0	99	1911		
1ª Vara do Juizado Especial Cível	2643	2638	334	0	0	476	2496	208	2643	0	2590	0	325	0	54	3062		
13ª Vara do Juizado Especial Cível	2237	2428	547	0	0	484	2491	207,58	2513	409	2508	0	421	0	51	2848		
12ª Vara do Juizado Especial	1443	2703	345	0	0	561	2487	207,25	2630	499	3028	0	416	0	100	1717		



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Cível																	
13ª Vara do Juizado Especial Criminal	507	1381	204	0	0	228	1357	113,08	1551	3	1485	0	5	1	1	468	
3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais	3	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	
2ª Vara do Juizado Especial - Procon	1076	3589	112	0	148	20	3829	319,08	3581	251	4516	0	55	0	56	881	
1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	
15ª Vara do Juizado Especial Criminal	1898	1457	174	0	0	283	1348	112,33	1783	3	1760	0	1	0	0	1610	
7ª Vara do Juizado Especial Cível	2121	2444	280	0	0	240	2484	207	2443	169	2944	0	569	0	40	2115	
6ª Vara do Juizado Especial Cível	1208	2591	332	0	147	432	2638	219,83	2450	0	2744	0	428	0	169	1854	
	21.402	27.821	3.535			3.709	27.942	166,32	28.884	2.735	30.560	0	3.601	1	670	23.769	
11ª Vara do Juizado	1434	3043	369	0	379	330	3461	288,41	3482	888	4869	0	586	0	54	2215	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Especial Cível																	
4ª Vara do Juizado Especial Cível	2102	3075	435	0	356	452	3414	284,5	3318	1053	4379	0	521	0	75	2596	
14ª Vara do Juizado Especial Cível	1804	3045	424	0	0	409	3060	255	2940	866	3726	0	505	0	20	2558	
	5.340	9.163	1.228			1.191	9.935	275,97	9.740	2.807	12.974	0	1.612	0	149	7.369	
Vara de Família - Meta 2 do CNJ	18	0	0	0	0	14	-14	-1,16	0	0	1	0	0	0	0	18	
9ª Vara Criminal	1220	476	357	126	0	69	890	74,16	681	0	694	0	48	0	259	1218	
4ª Vara da Fazenda Pública Estadual	2769	492	119	0	0	101	510	42,5	166	35	107	0	61	0	3	3142	
9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2206	895	52	0	9	41	915	76,25	746	481	926	0	171	1	27	2386	
6ª Vara de Família e Sucessões	2221	1226	973	0	59	145	2113	176,08	1100	916	1990	0	36	0	75	2702	
2ª Vara da Fazenda Pública Estadual	2513	495	133	0	25	124	529	44,08	1063	431	737	0	428	0	5	2126	
2ª Vara Cível e de	815	887	56	0	89	25	1007	83,91	804	491	917	0	115	202	25	1204	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Acidentes de Trabalho																
Vara de Registros Públicos e Usucapião	13056	8299	100	0	0	1390	7009	584,08	1400	11	9137	0	12	0	4	11679
Central de Plantão Cível	177	877	3	0	0	858	22	1,83	17	0	0	0	0	0	0	210
11ª Vara Criminal	1946	483	344	320	0	45	1102	91,83	359	135	469	0	40	0	171	2282
2ª V.E.C.U.T.E.	3027	365	429	710	0	81	1423	118,58	770	229	840	0	184	0	7	3055
3ª V.E.C.U.T.E.	2458	260	370	499	0	71	1058	88,16	563	0	776	0	90	0	69	2293
7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1861	904	38	0	102	32	1012	84,33	823	578	819	0	112	0	139	2018
19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2958	901	54	0	0	46	909	75,75	1138	845	1089	0	129	0	168	2986
5ª Vara de Família e Sucessões	2043	3092	956	0	356	238	4166	347,16	2947	1	4338	0	5	0	92	2498
Núcleo de Conciliação de Família	766	2096	102	0	0	3037	-839	-69,91	2022	693	282	0	0	0	0	31
8ª Vara de Família e	2283	3140	900	0	302	202	4140	345	3464	75	4130	0	10	0	26	3288



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Sucessões																	
1ª Vara Especializada da Divisão Ativa Municipal	214841	953	52	0	0	6	999	83,25	11584	172	12594	0	18	0	4419	206947	
Juizado da Infância e Juventude - Cível	1969	1303	80	0	0	96	1287	107,25	1335	2	1334	0	18	7	0	2072	
1ª Vara Criminal	1656	465	356	391	0	50	1162	96,83	519	437	461	0	91	0	123	1799	
3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	4437	906	67	0	6	52	927	77,25	554	337	802	0	96	6	2	4925	
VEMEPA	7227	2137	1819	0	0	595	3361	280,08	2259	9	3412	0	0	0	163	7387	
8ª Vara Criminal	1805	448	357	347	0	47	1105	92,08	523	0	445	0	65	0	208	2059	
17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1655	990	72	0	119	51	1130	94,16	977	614	1310	0	221	0	209	1774	
11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3009	894	46	0	0	32	908	75,66	877	0	949	0	200	0	0	2937	
4ª Vara Criminal	2919	479	354	396	0	56	1173	97,75	834	329	1011	0	62	0	20	3005	
Auditoria Militar	1576	402	43	148	0	18	575	47,91	170	0	201	0	7	0	5	1843	
Central de Plantão Criminal	369	5741	3	0	0	5776	-32	-2,66	0	0	19	0	0	0	0	380	
12ª Vara	2189	875	84	0	123	60	1022	85,16	801	428	926	0	206	0	24	2463	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Cível e de Acidentes de Trabalho																	
1ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2416	891	59	0	44	45	949	79,08	851	0	1304	0	135	0	12	2442	
1ª Vara de Família e Sucessões	1758	1173	969	0	26	96	2072	172,66	1111	615	2214	0	35	0	127	2155	
2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal	199425	958	52	0	0	6	1004	83,66	12077	62	13692	0	19	0	9705	184962	
1ª V.E.C.U.T.E.	1749	280	344	187	0	55	756	63	304	302	409	0	42	0	13	1966	
2ª Vara da Fazenda Pública Municipal	468	322	72	0	32	81	345	28,75	392	241	342	0	160	0	68	457	
1ª Vara da Fazenda Pública Estadual	1031	506	111	0	78	90	605	50,41	371	0	558	0	192	1	0	1176	
2ª Vara de Família e Sucessões	2132	1232	954	0	75	145	2116	176,33	881	1	1993	0	23	0	105	2663	
5ª Vara Criminal	1760	466	348	380	0	36	1158	96,5	758	446	1388	0	24	0	60	1779	
Vara Especializada em	2259	346	77	314	0	41	696	58	272	1	276	0	47	10	209	2345	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes																	
16ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3948	891	67	0	0	38	920	76,66	839	1	706	0	79	0	12	4201	
7ª Vara Criminal	2713	462	365	338	0	55	1110	92,5	728	306	707	0	38	0	51	2852	
Vara de Execuções Penais (VEP)	14161	3396	307	0	0	259	3444	287	307	1	2172	0	0	0	98	15707	
7ª Vara de Família e Sucessões	1871	1314	988	0	14	268	2048	170,66	696	4	4126	0	10	0	17	2665	
1ª Vara do Tribunal do Júri	2394	153	80	219	0	22	430	35,83	209	1	239	0	58	0	9	2420	
2ª Vara do Tribunal do Júri	1965	154	84	222	0	30	430	35,83	560	6	1158	0	59	0	49	2010	
14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2834	964	79	0	31	166	908	75,66	708	0	811	0	120	0	133	2939	
10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2781	868	84	0	46	55	943	78,58	822	42	965	0	181	0	94	2787	
5ª Vara	6521	867	79	0	0	44	902	75,16	861	1	1292	0	65	308	1	6458	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Cível e de Acidentes de Trabalho																	
10ª Vara Criminal	2730	472	343	552	0	40	1327	110,58	739	529	691	0	42	0	227	2808	
Pólo Avançado do Núcleo de Conciliação	228	4114	10	0	0	2319	1805	150,41	2071	182	1583	0	0	0	0	574	
9ª Vara de Família e Sucessões	1270	6430	136	0	51	519	6098	508,16	4359	309	4686	0	9	4	96	3150	
10ª Vara de Família e Sucessões	11232	6800	509	0	97	130	7276	606,33	4256	402	5231	0	3	11	0	13544	
4ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	5324	926	176	0	0	172	930	77,5	1010	0	1016	0	65	2	0	5291	
Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania	453	934	0	0	0	1	933	77,75	107	12	1203	0	0	0	0	223	
8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	2338	918	81	0	0	80	919	76,58	1078	10	6130	0	221	237	1	2239	
Vara Especializada de	2642	758	443	160	0	146	1215	101,25	835	50	1274	0	18	0	1198	2089	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Crimes de Trânsito																	
13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3258	916	69	0	0	63	922	76,83	1446	689	936	0	283	5	20	3156	
6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3216	910	65	0	18	38	955	79,58	819	345	585	0	123	1	3	3657	
3ª Vara de Família e Sucessões	4	1	0	0	0	171	-170	-14,16	0	0	42	0	0	0	0	5	
3ª Vara da Fazenda Pública Estadual	684	509	115	0	0	87	537	44,75	514	285	571	0	243	0	23	788	
6ª Vara Criminal	2729	480	365	434	0	54	1225	102,08	461	0	757	0	20	0	191	3009	
1ª Vara da Fazenda Pública Municipal	1012	302	81	0	0	66	317	26,41	258	32	313	0	104	0	24	1102	
20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	1697	925	79	0	134	86	1052	87,66	1202	769	1387	0	243	0	306	1476	
1ª Vara da Dívida Ativa Estadual	6812	914	53	0	0	3	964	80,33	553	893	1087	0	37	0	430	6849	
18ª Vara Cível e de Acidentes de	4136	913	78	0	0	72	919	76,58	699	469	664	0	118	0	32	4379	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Trabalho																	
4ª V.E.C.U.T.E.	1691	234	366	304	0	76	828	69	459	189	345	0	143	0	5	1756	
Vara Esp. do Meio Ambiente e Questões Agrárias	2434	582	61	274	0	11	906	75,5	501	4	476	0	30	0	38	2598	
15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho	3352	937	99	0	2	172	866	72,16	1242	959	1042	0	254	0	1	2967	
2ª Vara Criminal	2799	468	349	301	0	47	1071	89,25	695	787	1005	0	32	0	234	2419	
1ª Vara Especializada em Crime de Trânsito (Extinta)	0	0	0	0	0	1	-1	-0,08	0	0	4	0	0	0	0	0	
2ª Vara da Dívida Ativa Estadual	5658	897	73	0	0	4	966	80,5	225	1	252	0	30	0	24	6472	
3ª Vara Criminal	115	0	0	0	0	1	-1	-0,08	0	0	32	0	0	0	0	114	
Juizado da Infância e Juventude - Infractional	5509	3542	415	0	0	16	3941	328,41	3260	101	4532	0	8	0	0	5256	
Central de Precatórios	0	1146	1230	0	0	1	2375	197,91	0	0	0	0	0	0	0	2373	
3ª Vara do Tribunal	773	197	117	125	0	65	374	31,16	208	23	230	0	46	1	87	752	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

do Júri																	
4ª Vara de Família e Sucessões	1844	1177	980	0	20	123	2054	171,16	1154	1014	2003	0	26	1	21	2172	
	612.115	92.126	19.731			19.454	101.008	112,23	89.394	17.333	123.145	0	5.810	797	19.967	603.929	
18ª Vara do Juizado Especial Criminal	806	1668	58	1	0	448	1279	106,58	1749	1	1618	0	4	0	3	579	
8ª Vara do Juizado Especial Cível	3173	3751	283	0	520	162	4392	366	5186	14	6731	0	719	0	118	2509	
	3.979	5.419	341			610	5.671	236,29	6.935	15	8.349	0	723	0	121	3.088	
Vara Arena Criminal do Torcedor	1	2	0	0	0	0	2	0,16	0	0	1	0	0	0	0	2	
2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha)	7255	2195	617	826	0	547	3091	257,58	2930	0	2498	0	52	0	876	6631	
	7.256	2.197	617			547	3.093	128,87	2.930	0	2.499	0	52	0	876	6.633	



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

QUADRO DE PROCESSOS DO 2º GRAU

Mês/Ano	Entrados por Distribuição	Entrados por Redistribuição	Total Entrados	Dependentes Entrados	Julgamento Com Mérito	Julgamento Sem Mérito	Decisões	Acervo	Suspensão / Sobrestados	Entrados por transferência	Despachos	Baixados
01/2016	2371	463	2834	426	525	255	902	0	0	706	2536	3819
02/2016	2452	409	2861	272	1577	294	939	0	0	430	3430	2778
03/2016	2502	492	2994	302	1855	263	619	0	0	73	3362	2875
04/2016	2153	404	2557	348	1695	176	669	0	0	87	3200	3618
05/2016	2288	414	2702	220	1726	212	541	0	0	34	2983	2834
06/2016	2521	330	2851	289	2016	317	696	0	0	199	4076	2492
07/2016	2006	555	2561	290	1747	218	1185	0	0	335	3372	2078
08/2016	2498	494	2992	333	2266	303	636	0	0	570	3645	1767
09/2016	2042	622	2664	365	1729	227	493	0	0	377	2421	2924
10/2016	2752	604	3356	339	2117	242	593	0	0	39	3153	3006
11/2016	1717	577	2294	415	2319	237	476	0	0	201	2948	4096
12/2016	2246	376	2622	237	2003	173	731	23234	1167	25	2006	1896
	27548	5740	33288	3836	21575	2917	8480	23234	1167	3076	37132	34183



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

QUADRO DE PROCESSOS DO 1º GRAU - INTERIOR

COMARCA	VARA	ARQUIVADOS	CASOS JULGADOS	CASOS NOVOS	ESTOQUE INICIAL 2016	ESTOQUE FINAL 2016
Alvarães	Vara Única da Comarca de Alvarães	957	692	535	1510	1025
Amaturá	Vara Única da Comarca de Amaturá	101	95	176	616	692
Anamã	Vara Única da Comarca de Anamã	261	117	375	435	553
Anori	Vara Única da Comarca de Anori	425	292	453	998	1058
Apuí	Vara Única da Comarca de Apuí	513	813	1141	3186	3802
Atalaia do Norte	Vara Única da Comarca de Atalaia do Norte	401	102	370	1059	1093
Autazes	Vara Única da Comarca de Autazes	505	932	2029	2222	3768
Barcelos	Vara Única da Comarca de Barcelos	895	98	768	2439	2321
Barreirinha	Vara Única da Comarca de Barreirinha	757	378	776	1097	1209
Benjamin Constant	Vara Única da Comarca de Benjamin Constant	645	337	906	1658	1923
Beruri	Vara Única da Comarca de Beruri	291	189	451	1151	1311
Boa Vista do Ramos	Vara Única da Comarca de Boa Vista do Ramos	307	192	597	1043	1336
Boca do Acre	Vara Única da Comarca de Boca do Acre	1118	434	757	5915	5612
Borba	Vara Única da Comarca de Borba	781	606	921	2432	2580
Caapiranga	Vara Única da Comarca de Caapiranga	455	281	296	759	599
Canutama	Vara Única da Comarca de Canutama	95	66	361	1488	1753
Carauari	Vara Única da Comarca de Carauari	413	220	1255	5286	6132
Careiro Castanho	Vara Única da Comarca de Careiro Castanho	666	230	956	1777	2095



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Careiro da Várzea	Vara Única da Comarca de Careiro da Várzea	315	99	480	949	1129
Coari	1ª Vara da Comarca de Coari	318	196	566	3640	3894
	1º Juizado Especial da Comarca de Coari	607	359	405	1258	1064
	2ª Vara da Comarca de Coari	419	210	623	4314	4516
Codajás	Vara Única da Comarca de Codajás	295	244	278	2989	2974
Eirunepé	Vara Única da Comarca de Eirunepé	530	345	796	5098	5364
Envira	Vara Única da Comarca de Envira	306	279	364	1258	1320
Fonte Boa	Vara Única da Comarca de Fonte Boa	87	107	685	1873	2470
Guajará	Vara Única da Comarca de Guajará	341	69	690	1245	1601
Humaitá	1ª Vara da Comarca de Humaitá	909	801	1458	5938	6486
	1º Juizado Especial da Comarca de Humaitá	1130	1610	1531	2126	2529
	2ª Vara da Comarca de Humaitá	613	66	1126	3789	4336
Ipixuna	Vara Única da Comarca de Ipixuna	162	141	262	575	674
Irlanduba	1ª Vara da Comarca de Irlanduba	683	474	1159	2879	3377
	2ª Vara da Comarca de Irlanduba	1004	507	1206	2153	2441
Itacoatiara	1ª Vara da Comarca de Itacoatiara	777	487	1396	4325	4959
	1º Juizado Especial da Comarca de Itacoatiara	1339	1219	1369	799	930
	2ª Vara da Comarca de Itacoatiara	715	381	1383	4209	4893
	3ª Vara da Comarca de Itacoatiara	496	263	1332	3201	4075
Itamarati	Vara Única da Comarca de Itamarati	597	505	380	616	414
Itapiranga	Vara Única da Comarca de Itapiranga	345	193	455	1065	1179
Japurá	Vara Única da Comarca de Japurá	70	29	167	780	876
Juruá	Vara Única da Comarca de Juruá	185	44	416	815	1058
Jutai	Vara Única da Comarca de Jutai	124	103	628	1961	2456



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Lábrea	Vara Única da Comarca de Lábrea	635	173	1027	6507	6877
Manacapuru	1ª Vara da Comarca de Manacapuru	795	528	1501	7047	7774
	1º Juizado Especial da Comarca de Manacapuru	2744	4319	1271	4852	1532
	2ª Vara da Comarca de Manacapuru	860	279	1498	7805	8452
Manaquiri	Vara Única da Comarca de Manaquiri	574	484	598	1280	1324
Manicoré	1ª Vara da Comarca de Manicoré	384	323	733	2084	2448
	2ª Vara da Comarca de Manicoré	602	350	664	2270	2339
Maraã	Vara Única da Comarca de Maraã	101	151	329	1316	1525
Maués	1ª Vara da Comarca de Maués	702	499	590	2586	2434
	2ª Vara da Comarca de Maués	454	308	698	1902	2158
Nhamundá	Vara Única da Comarca de Nhamundá	435	462	762	1377	1708
Nova Olinda do Norte	Vara Única da Comarca de Nova Olinda do Norte	180	152	915	1729	2458
Novo Airão	Vara Única da Comarca de Novo Airão	355	206	697	2179	2512
Novo Aripuanã	Vara Única da Comarca de Novo Aripuanã	472	467	772	2233	2552
Parintins	1ª Vara da Comarca de Parintins	859	567	1019	3216	3397
	1º Juizado Especial da Comarca de Parintins	2142	1003	1295	4583	3741
	2ª Vara da Comarca de Parintins	299	86	1012	2545	3260
	3ª Vara da Comarca de Parintins	594	435	1105	2181	2674
Pauini	Vara Única da Comarca de Pauini	283	285	500	1390	1607
Presidente Figueiredo	Vara Única da Comarca de Presidente Figueiredo	888	472	1276	4484	4748
Rio Preto da Eva	Vara Única da Comarca de Rio Preto da Eva	668	413	889	3300	3463
Santa Isabel do Rio Negro	Vara Única da Comarca de Santa Isabel do Rio Negro	148	53	254	719	829



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Santo Antônio do Içá	Vara Única da Comarca de Santo Antônio do Içá	293	102	689	2345	2741
São Gabriel da Cachoeira	Vara Única da Comarca de São Gabriel da Cachoeira	450	25	996	1287	1897
São Paulo de Olivença	Vara Única da Comarca de São Paulo de Olivença	457	139	698	1735	1977
São Sebastião do Uatumã	Vara Única da Comarca de São Sebastião do Uatumã	224	125	359	1096	1232
Silves	Vara Única da Comarca de Silves	141	151	304	1290	1450
Tabatinga	1ª Vara da Comarca de Tabatinga	495	207	847	3755	4122
	2ª Vara da Comarca de Tabatinga	1260	604	887	2697	2318
Tapauá	Vara Única da Comarca de Tapauá	318	92	707	2296	2693
Tefé	1ª Vara da Comarca de Tefé	325	265	1112	3199	3985
	1º Juizado Especial da Comarca de Tefé	724	434	924	2451	2682
	2ª Vara da Comarca de Tefé	622	499	1158	4645	4969
Uarini	Vara Única da Comarca de Uarini	876	753	652	1357	1150
Urucará	Vara Única da Comarca de Urucará	533	37	389	1763	1620
Urucurituba	Vara Única da Comarca de Urucurituba	441	337	540	1409	1510
	TOTAL	44286	30590	61945	191836	208035



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

CORREIÇÕES REALIZADAS NO TRIBUNAL

No ano de 2016, a Corregedoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Correições, realizou 30 (trinta) correições nas seguintes comarcas:

No primeiro quadrimestre de 2016 foram realizadas atividades correicionais nas seguintes unidades judiciárias: Tabatinga (1ª Vara e 2ª Vara), Benjamin Constant (Vara Única), Itapiranga (Vara Única), Barreirinha (Vara Única), Careiro Castanho (Vara Única), São Sebastião do Uatumã (Vara Única), Humaitá (2ª Vara) e Manacapuru (1ª Vara); totalizando 9 (nove) unidades judiciárias correicionadas.

No segundo quadrimestre de 2016 foram realizadas atividades correicionais nas unidades judiciárias de: Boca do Acre (Vara Única), Urucará (Vara Única), Anamã (Vara Única), Humaitá (JECC, 1ª Vara), Coari (2ª Vara), Atalaia do Norte (Vara Única), Maués (1ª Vara), Iranduba (1ª Vara) e Benjamin Constant (Vara Única); totalizando 10 (dez) unidades judiciárias correicionadas.

No último quadrimestre de 2016 foram realizadas atividades correicionais nas unidades judiciárias de: Novo Aripuanã (Vara Única), Silves (Vara Única), Urucurituba (Vara Única), Codajás (Vara Única), Barcelos (Vara Única), Anori (Vara Única), Rio Preto da Eva (Vara Única), Tefé (JECC), Nhamundá (Vara Única), Manaquiri (Vara Única) e Tapauá (Vara Única); totalizando 11 (onze) unidades judiciárias correicionadas.



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 2016

A Semana Nacional da Conciliação é um esforço concentrado para conciliar o maior número possível de processos em todos os tribunais do país.

Trata-se de uma campanha de mobilização, realizada anualmente, que envolve todos os tribunais brasileiros, os quais selecionam os processos que tenham possibilidade de acordo e intimam as partes envolvidas para solucionarem o conflito.

A Semana Nacional da Conciliação é um marco anual das ações do TJAM para fortalecer a cultura do diálogo.

Em novembro de 2016, o TJAM realizou a Semana Nacional de Conciliação. De acordo com os números revelados pela Corregedoria do TJAM, foram agendadas 14.657 audiências, das quais foram realizadas 10.733, com 4.766 acordos. Em valores, o resultado atingiu um total de R\$ 20.123.134,33. Tais números apontam para um resultado positivo do evento.

Mais de 44,40% das audiências realizadas na Semana Nacional de Conciliação de 2016 resultaram em acordo. Das 10.733 audiências realizadas, 4.766 acabaram em conciliação.

Dentre os principais assuntos que entraram na pauta de conciliação estão questões referentes a instituições financeiras, concessionárias de energia, operadoras de saúde e de telefonia celular, divórcio, pensão alimentícia e revisional de contratos bancários. Além disso, foram incluídas ações envolvendo multas da Autarquia Municipal de Trânsito, Serviços Públicos e Cidadania.

Os dados da Semana de 2016 podem ser conferidos nas tabelas abaixo arroladas, fornecidas pelo Setor de Estatística da Corregedoria do TJAM.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Período	Audiências Cíveis							Acordos Efetuados Cíveis				Acordos Efetuados em Fase de Conhecimento			
	Conc. Desig. Pré-proc.	Conc. Realiz. Pré-proc.	Conc. Desig. Conhec.	Conc. Realiz. Conhec.	Conc. Desig. Exec.	Conc. Realiz. Exec.	Aud. Proc. Exec.	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol. (R\$)	Recol. INSS (R\$)	Recol. I.R. (R\$)	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol. (R\$)	Recol. I. INSS (R\$)	Recol. I.R. (R\$)
21/11/2016	224	158	2.309	1.752	140	109	-	114	638.328,13	0	0	737	2.888.063,99	0	0
22/11/2016	324	235	2.163	1.641	129	98	-	113	865.007,81	0	0	642	4.602.629,79	0	0
23/11/2016	238	162	2.227	1.633	59	46	-	66	826.264,21	0	0	645	3.908.457,00	0	0
24/11/2016	238	152	1.957	1.506	107	91	-	354	650.479,99	0	0	549	2.021.046,51	0	4.000,00
25/11/2016	238	171	1.791	1.378	91	84	-	177	317.635,59	0	0	518	3.405.221,31	0	0
Total	1.262	878	10.447	7.910	526	428	0	824	3.297.715,73	0	0	3.091	16.825.418,60	0	4.000,00



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016

Período	Audiências de 2º Grau Conhec/Exec		Acordos Efetuados em 2º Grau Conhec/Exec				Audiências Criminais		Decisões Criminais		
	Conc. Desig.	Conc. Realiz.	Acord. Homol.	Soma de Acord. Homol.(R\$)	Recol. INSS(R\$)	Recol. I.R.(R\$)	Conc. Desig.	Conc. Realiz.	Sent. Penal	Comp. Civil	Homol. Susp. Proc.
21/11/2016	0	0	0	0	0	0	522	286	55	57	36
22/11/2016	0	0	0	0	0	0	545	349	146	56	14
23/11/2016	32	32	0	0	0	0	529	315	163	35	37
24/11/2016	0	0	0	0	0	0	452	309	80	36	12
25/11/2016	0	0	0	0	0	0	342	226	72	34	18
Total	32	32	0	0	0	0	2.390	1.485	516	218	117

Período	Abrangência das ações desenvolvidas pela conciliação					
	Num. Pes. Atend.	Num. Magistrados	Num. Juizes Leigos	Num. Conciliadores	Num. Colaboradores	Eventos paralelos
21/11/2016	5.250	116	11	382	459	38
22/11/2016	5.205	111	7	372	448	58
23/11/2016	5.715	114	6	379	468	43
24/11/2016	5.092	113	4	349	464	51
25/11/2016	4.539	110	4	344	441	42
Total	25.801	564	32	1.826	2.280	232



**Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas
Relatório Anual 2016**

PROJETOS EM DESTAQUE

1. PROGRAMA PERMANENTE DE PREMIAÇÃO A JUÍZOS E SERVIDORES PELO ALCANCE DAS METAS NACIONAIS FIXADAS PELO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, E DE METAS DIFERENCIADAS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Considerando os termos da Resolução n.º 194, de 26.5.2014, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, que instituiu a Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, e, especialmente, a recomendação contida em seu artigo 9.º, no sentido de que Tribunais de Justiça instituíam “formas de reconhecimento, valorização e premiação de boas práticas, projetos inovadores e participação destacada de magistrados e servidores no desenvolvimento da Política”; O TJAM criou um projeto cujo objetivo principal era o alcance das Metas Nacionais do CNJ, através do melhor desempenho das Varas.

O Programa foi destinado às Varas e respectivos Juízos do Primeiro Grau de Jurisdição, alcançando a Entrância Inicial e a Entrância Final, e, no Segundo Grau de Jurisdição, aos Servidores dos Gabinetes dos Desembargadores, excluídos os Magistrados e órgãos de direção, as premiações ocorreram:

I - Premiação semestral - ocorreu no final do mês de julho de 2015, em decorrência dos resultados apurados até o mês de junho, com o recebimento de Selo de Cumprimento das Metas Nacionais e das Metas Diferenciadas e de Placa de Reconhecimento do Tribunal de Justiça pelo trabalho realizado;

II - Premiação anual - ocorreu no mês de janeiro de 2016, em face dos resultados alcançados ao final de dezembro do ano anterior, mediante disponibilização, a partir do mês de fevereiro, da importância de R\$30.000,00 (trinta mil reais), destinados à participação, ao longo do exercício, em cursos e eventos de capacitação profissional no território brasileiro.

2. PROJETO MONITORIA

O Projeto de Monitoria foi elaborado para padronizar e otimizar o manuseio das ferramentas oferecidas pelo Sistema de Automação do Judiciário (SAJ), nas unidades judiciais do primeiro grau de jurisdição, com o objetivo inicial de aumentar a taxa de



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

evolução do cumprimento das metas nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça, para o seu alcance total a médio prazo.

Foram detectadas divergências em relação ao uso do sistema no que se refere às citações eletrônicas, evolução de classes processuais, cadastro de modelos (códigos) e de processos, e conferência dos SAJ – Estatística, o que gera inconsistências estatísticas, prejudicando o alcance das metas. E ainda, foi observada a necessidade de aperfeiçoamento da utilização de fluxos processuais para melhorar a produtividade da prestação jurisdicional.

Como projeto piloto foram escolhidas as Varas Criminais, Vecutes, Tribunais do Júri, Vara Especializada em Crimes de Transito, Auditoria Militar e Vara Especializada em Crimes Contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes .

A monitoria selecionou os servidores mais capacitados e comprometidos de cada unidade judicial , peritos na utilização do sistema SAJ, para que os mesmos pudessem supervisionar os demais operadores no manuseio da ferramenta.

Após a seleção, os monitores foram treinados sobre o correto manuseio das atividades de citações eletrônicas, AR digital, evolução de classe processual, cadastro de modelo (códigos) e de processos, e conferência do SAJ – Estatística. Eles também foram orientados pela Escola de Aperfeiçoamento do Servidor sobre o preparo de um ambiente emocional e psicológico propício, que incentivasse os servidores em direção a executar de maneira correta as atividades solicitadas.

Foram trabalhadas as metas 1, 2 e 4 do Conselho Nacional de Justiça nos meses de setembro outubro e novembro e o resultado obtido foi muito positivo . Em 2017 o projeto será expandido para outras varas do TJAM .

3. PROJETO NÚCLEO DE ASSESSORAMENTO VIRTUAL

O Núcleo de Assessoramento Jurídico Virtual tem por função básica prestar assessoria jurídica à distancia às Comarcas do Amazonas, prioritariamente às do interior do Estado, objetivando dar andamento aos processos onde houver número reduzido de servidores.

Esse suporte à distancia será realizado através do Sistema Projudi, que atualmente atende o Interior do Estado.

O Núcleo de Assessoramento Virtual tem a atribuição de fornecer apoio às unidades jurisdicionais que apresentem:



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

1. Significativo número de processos com excesso de prazo ou carências decorrentes de situações contingenciais;
2. Processos objetivamente identificados nas Metas 2, 4 e 6/2016 do CNJ e nos anos subseqüentes, nas Metas Nacionais que guardem similaridade com estas;
3. Feitos conclusos há mais de cem dias;
4. Outro déficit contingencial, identificado nos relatórios correccionais, que denote a necessidade de reforço para atingimento das metas em comarcas ou unidades específicas.

Dentre os vários motivos de implantação do assessoramento virtual, podemos destacar os seguintes:

1. Elevados custos de deslocamentos entre comarcas do interior do Estado;
2. Carência de servidores e magistrados;
3. Congestionamento de processos;
4. Necessidade de assegurar a razoável duração do processo e a prestação jurisdicional com eficiência;
5. A necessidade de adequação da política de recursos humanos e gestão interna de pessoal através da redistribuição de cargos e funções no âmbito do Poder Judiciário Estadual

O Núcleo foi composto por:

01 Juiz de Direito auxiliar da Presidência - Coordenador;

03 Juízes de Direito, que atuarão como Supervisores, cabendo em certos casos, competência para decidir em processos;

01 Diretor do Núcleo de Assessoramento e Diretor da Secretaria Geral de Justiça;

10 Servidores / Serventuários Bacharéis em Direito, para elaboração de minutas de despachos de mero expediente, decisões interlocutórias e sentenças terminativas e definidas, além de outros serviços técnicos jurídicos;

05 Servidores/Serventuários com ou sem formação, para o cumprimento de tarefas inerentes a Secretaria de Vara.

Os servidores atuaram nas filas de processos conclusos em todas as competências, observando os prazos processuais e operacionais estabelecidos, lançando as movimentações no sistema.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Incumbiu ao Diretor do Núcleo, sob a supervisão do Magistrado Coordenador, apresentar mensalmente à Presidência os relatórios das atividades realizadas em cada unidade jurisdicional, bem como ao término do exercício, o relatório geral, preferencialmente acompanhado de sugestões que possam contribuir para o melhor desempenho do serviço de Assessoria Jurídica Virtual.

As Comarcas manifestaram seu interesse em receber o assessoramento virtual, através de canal específico definido pelo núcleo, ou por email. O pedido foi analisado e atendido conforme ordem de inscrição e demanda de processos.

A distribuição de processos entre os assessores processuais foi efetuada de forma igualitária, observando o prazo fixado para movimentação no sistema, que é estabelecido em conformidade com a peculiaridade de cada unidade assistida.

Foram atendidas em 2016 as seguintes comarcas :

1ª Vara da Comarca de Iranduba, Caapiranga, Nhamundá, Boa Vista dos Ramos, Anori, Envira, 2ª Vara da Comarca de Tefé e Careiro Castanho.

Foram elaboradas 3.167 minutas e realizadas 870 movimentações no período de 26/09/2016 a 15/12/2016

4. PROJETO JUSTIÇA SEM PAPEL

O Projeto em questão objetivou utilizar meios eletrônicos para envio de certidões, ofícios, alvarás, citações, dentre outros documentos às instituições públicas que figuram como partes nos processos judiciais e as principais empresas demandadas do Tribunal, reduzindo custos operacionais, promovendo a celeridade e efetividade nos trâmites processuais e alinhando o Tribunal às políticas do desenvolvimento sustentável.

A Proposta foi diretamente alinhada aos Macrodesafios do CNJ, Otimização de Custos, e Celeridade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

O novo Código de Processo Civil (Lei 13.105 de 16 de março de 2015 com alterações pela Lei 13.256 de 04 de fevereiro de 2016) que entrou em vigor em março de 2016, trouxe muitas novidades, visando otimizar os atos processuais e relativizando algumas formalidades tradicionalmente existentes, para promover a celeridade dos processos e, com isso, a satisfação dos litigantes que suportam o ônus da demora do Poder Judiciário.

Uma das possibilidades apresentadas foi a da citação e intimação eletrônicas, acompanhadas da obrigatoriedade para as empresas públicas e privadas em manter



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

cadastro nos sistemas de processos em autos eletrônicos, excetuando-se as microempresas e as empresas de pequeno porte. Dentre os parceiros cadastrados citamos :

Órgãos e entes públicos como Ministério Público, Defensoria, Secretarias de Estado e do Município, Fundações, Autarquias, Procuradorias (Federal, Estadual e Municipal), Unidades Prisionais, Advocacia-Geral da União, INSS, Instituto Medico Legal do Amazonas, além dos grandes litigantes do Tribunal como concessionárias de energia, operadoras de telefonia, instituições bancárias, lojas de varejo e atacado, construtoras dentre outros . Mais de cem empresas participaram no primeiro momento.

Atendendo as exigências legais, o Tribunal de Justiça do Amazonas, regulamentou através do Provimento 274/2016 da Corregedoria Geral de Justiça do Estado do Amazonas e da Portaria 2073/2016 a utilização de meios eletrônicos para envio de citações e intimações eletrônicas promovendo a partir desta ação benefícios relativos a economicidade, celeridade eficácia , otimização de recursos humanos e alinhamento à política de logística sustentável.

Dentre os benefícios alcançados com o projeto destacamos:

Economia - Redução do custo de pagamento aos Correios pelo envio de cartas.

Celeridade - Redução no tempo na tramitação do processo. Nas citações comuns é necessária a emissão do documento, envelopamento e entrega nos correios

Eficácia e efetividade - O sistema de envio de Citações e Intimações por meio físico apresenta um número muito significativo de Avisos de Recebimentos Negativos o que dificulta o andamento do processo, além de gerar um retrabalho nas Unidades judiciais.

Otimização da mão de obra - Não foi mais necessária a utilização de oficiais de justiça para comunicação de atos oficiais aos órgãos competentes.

No sistema físico o juiz precisa expedir o mandato, encaminhar a Central de Mandatos que irá solicitar ao oficial de justiça que se desloque até o logradouro para envio do documento, que posteriormente deve ser devolvido a Unidade judicial que demandou.

Pelo sistema eletrônico os órgãos receberam o documento virtualmente.

Sustentabilidade - O conceito está diretamente relacionado ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro. Na gestão sustentável as



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

empresas apresentam alternativas para diminuir o desperdício de matéria-prima, no TJAM houve uma redução na utilização de resmas de papel nas Unidades Judiciais

Aumentar a taxa de entrega de intimações cumpridas e reduzir o tempo médio de entrega de intimações, bem como, simplificar o processo de efetivação de intimações para audiência, a ser realizado nos 1º e 2º Juizados Especializados no Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher, 7ª e 9ª Varas Criminais do Fórum Henoch Reis.

5. PROJETO SPEED

O projeto objetivou aumentar a taxa de entrega de intimações cumpridas reduzindo o tempo médio de entrega das mesmas, bem como, simplificando o processo de efetivação de intimações para audiência, através da implantação de um piloto nos 1º e 2º Juizados Especializados no Combate a Violência Doméstica Contra a Mulher, 7ª e 9ª Varas Criminais do Fórum Henoch Reis.

O projeto piloto buscou ainda sanar problemas gerados pela grande quantidade de Avisos de Recebimentos Negativos, causados pela não efetivação da entrega de Intimações de Audiências às partes.

As intimações não efetivadas geram consequências como:

Acúmulo de processos: Não sendo intimadas tempestivamente, as partes deixam de comparecer as audiências, gerando acúmulo de processos devido ao reagendamento das audiências para período posterior;

Despesas desnecessárias: A utilização de mão-de-obra, recursos materiais e financeiros do Poder Judiciário, gerados pelo retrabalho, em intimar as partes a tomarem ciência do ato judicial;

O custo sem efetividade do serviço: O pagamento à empresa estatal pela efetivação das intimações para audiências nas Varas específicas.

A prestação do serviço de entrega de Avisos de Recebimento sem a devida efetividade do serviço, ou seja, o valor é pago a prestadora de serviço independente do resultado da entrega do AR (negativo/positivo).

A partir do termo de cooperação com o Instituto Técnico de Protestos, foi utilizada uma empresa especializada para a entrega de Intimações de audiências no prazo de até sete dias.



Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas Relatório Anual 2016

Após análise do período, observou-se a partir do depoimento dos juízes, que a dinâmica utilizada pela empresa apresentou resultados positivos com mais de 90% das cartas tendo sido entregues em tempo hábil. Apesar da maioria dos Avisos de Recebimento ter sido devolvido como negativos, observou-se que os mesmos foram devidamente justificados com informações qualitativas, apresentando subsídios para que o processo parado no início do primeiro rito tenha andamento, mesma que seja necessária a emissão de outra carta.

Após o resultado positivo de 2016 o projeto será ampliado em 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Palácio da Justiça
Edifício Desembargador Arnaldo Péres
Av. André Araújo, s/nº - Aleixo CEP: 69.060-000
Telefone Geral: +55-92-2129-6666 / 6623
www.tjam.jus.br